



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SIMAYAN DO NASCIMENTO LOPES

**O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM ITAITUBA-PARÁ:** Olhares de Gestores de dois Centros Infantis e
do Coordenador da Educação Infantil da Secretaria Municipal de
Educação – SEMED

ITAITUBA - PA

2020

SIMAYAN DO NASCIMENTO LOPES

**O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM ITAITUBA-PARÁ: Olhares de Gestores de dois Centros Infantis e
do Coordenador da Educação Infantil da Secretaria Municipal de
Educação – SEMED**

Monografia apresentada como requisito avaliativo
para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia, Faculdade de Itaituba, sob a
orientação de:

Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

ITAITUBA - PA

2020

SIMAYAN DO NASCIMENTO LOPES

**O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
EM ITAITUBA-PARÁ: Olhares de Gestores de dois Centros Infantis e
do Coordenador da Educação Infantil da Secretaria Municipal de
Educação – SEMED**

Monografia apresentada como requisito avaliativo
para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena
em Pedagogia, Faculdade de Itaituba, sob a
orientação de:

Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
Prof.º Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Profº Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva

Avaliadora: _____ Nota: _____
Profª. Margaret Ferreira de Aguiar, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 28 de fevereiro de 2020

À minha família, em especial à minha família, pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceram. Dedico-lhes essa conquista como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço todas as bênçãos alcançadas em minha vida à Deus e minha família que me apoiaram desde o início, durante esses quatro anos que passei no meio acadêmico me ajudaram de forma graciosa, minha mãe **Ana Lopes** me ajudou muito na escolha do curso, esse curso me moldou como pessoa profissional, e por isso agradeço a ela infinitamente se estou onde estou é graças a ela.

Agradeço também as minhas amigas que tive o prazer de conhecer no mundo acadêmico, elas me ajudaram a passar pelas turbulências que há nesse meio, **Jacinara Castro Nascimento**, uma pessoa maravilhosa que fez parte de vários trabalhos acadêmicos e estágios e que se tornou uma grande mão amiga, minha amiga **Jaqueline Shirlana** e **Ilana Beatriz**, meninas de ouro, que fez nossas estadias na faculdade valer a pena, agradeço a cada uma que me ajudou, **Larice Nunes** também me apoiou muito e me ajudou, obrigada minha querida.

Ao meu orientador **Dhemesbraene Soares da Silva** pelo incentivo na pesquisa do meu trabalho, esteve arduamente do meu lado colaborando com meu crescimento e a todos os professores que passaram pelo curso contribuindo de forma direta e indiretamente para meu aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Agradecer também aos professores **Dr. Francisco Claudio de Sousa Silva** e **Prof^a. Margaret Ferreira de Aguiar, Esp.** pela presença na banca e ricas contribuições nesse trabalho.

“A educação forma seres aptos para governar a si mesmo e não para ser governado pelos homens”.

(HERBERT SPENCER)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o processo da universalização da educação infantil no município de Itaituba, Pará. O procedimento metodológico para o desenvolvimento deste trabalho consistiu em uma pesquisa teórica para embasamento e pesquisa de campo com abordagem qualitativa e visou analisar e compreender os principais desafios que há na universalização da educação infantil. Os dados foram coletados por meio de questionário elaborados, através de entrevistas, com as propostas contribuintes e a conclusão de todo o estudo, com os referenciais bibliográficos. A temática foi algo escolhido devido observa-se a falta de instituições de creche e pré-escola que atenda a demanda da comunidade haja vista que o processo de universalização no Brasil ainda caminha para atender essa demanda. A trajetória da educação infantil teve um início equivocado surgindo assim a escola assistencialista, para crianças pobres, abandonadas e tinha objetivos somente de higienizar e cuidar das crianças logo depois de demandas e de várias lutas principalmente das mulheres, que queriam entrar no mercado de trabalho e não tinham com quem deixar as crianças, começando a atender essas crianças para as mães trabalharem. A partir da Constituição Federal de 1988, foi permitido que as crianças fossem vistas como sujeitos de direitos e destacando que a família, a sociedade e o estado devem lhes assegurar esses direitos fundamentais. Surge então, a questão do atendimento a essas crianças na Educação infantil, falta de centros que atenda a demanda, a própria família não conhece os direitos das crianças e acaba deixando a desejar, a falta de qualificação de profissionais que atuam diretamente com a criança da Educação Infantil deixando a desejar o ensino-aprendizagem da criança, considerando que a educação Infantil é a primeira etapa da Educação básica.

Palavras-Chave: Universalização. Educação Infantil. Legislação. Ensino Aprendizagem.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper aims to analyze the process of universalizing early childhood education in the municipality of Itaituba, Pará. The methodological procedure for the development of this work consisted of a theoretical research for foundation and field research with a qualitative approach and aimed to analyze and understand the main challenges that exist in the universalization of early childhood education. The data were collected through a questionnaire elaborated, through interviews, with the contributing proposals and the conclusion of the entire study, with the bibliographic references. The theme was chosen due to the lack of daycare and pre-school institutions that meet the community's demand, given that the universalization process in Brazil is still on track to meet this demand. The trajectory of early childhood education had an erroneous beginning, with the emergence of a welfare school for poor, abandoned children and its objectives were only to clean and care for the children soon after demands and various struggles, especially women, who wanted to enter the labor market and they had no one to leave their children with, starting to serve these children for their mothers to work. From the Federal Constitution of 1988, children were allowed to be seen as subjects of rights and emphasizing that the family, society and the state must guarantee these fundamental rights. The question then arises of care for these children in early childhood education, lack of centers to meet the demand, the family itself does not know the rights of children and ends up wanting, the lack of qualification of professionals who work directly with the child of Education Children leaving the child's teaching-learning to be desired, considering that early childhood education is the first stage of basic education.

Keywords: Universalization. Child education. Legislation. Teaching Learning.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação básica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PNAD – Programa Nacional

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Qual o seu entendimento a respeito da universalização da educação infantil?.....	47
QUADRO 02:	Como você observa a implementação no município de Itaituba da Emenda Constitucional 059/2009?.....	48
QUADRO 03:	Sabemos que o atendimento em creche tem um potencial transformador na vida de famílias e crianças em condições de alta vulnerabilidade, podendo, ser garantida a qualidade, favorecer o potencial dessa criança para que alcance seu desenvolvimento pleno na primeira infância. Qual a sua opinião quando isso não acontece?.....	49
QUADRO 04:	O centro educacional onde você trabalha consegue acolher todas as crianças na educação infantil que moram no bairro?...	49
QUADRO 05:	Quais as estratégias da sua gestão para a expansão da Educação Infantil?	50
QUADRO 06:	A SEMED oferece cursos de formação continuada/complementar à formação dos docentes da Educação Infantil?.....	50
QUADRO 07:	Existe alguma resistência dos pais em colocar as crianças com 4 e 5 anos na escola por ser um ambiente público?.....	51
QUADRO 08:	O que os órgãos tem feito para obrigar os pais a matricular as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil?.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL..	14
1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
1.2 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	17
1.3 ESTRUTURA DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	22
2 UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	27
2.1 AVANÇOS NO ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	27
2.2 REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	31
2.3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	36
3 O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAITUBA-PARÁ: OLHARES DE GESTORES DE DOIS CENTROS INFANTIS E COORDENADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED	41
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE PESQUISA.....	41
3.1.1 Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve.....	41
3.1.2 Centro Municipal de Educação Infantil Marcelly Ayala Ferreira Figueira “Cecezinha”.....	42
3.1.3 Secretaria Municipal de Educação (SEMED) - Coordenação da Educação Infantil.....	43
3.2 METODOLOGIA ADOTADA NA PESQUISA.....	45
3.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	46
3.4 RESULTADOS DA PESQUISA COM AS GESTORAS.....	47
3.5 RESULTADOS DA PESQUISA COM O COORDENADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAITUBA - SEMED).....	52
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICE.....	61

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o processo da universalização da educação infantil. Visto que é um dos grandes desafios a ser enfrentado no país e municípios, envolvendo desde condições de infraestrutura, espaço e localidade às práticas e formação dos profissionais que nele atuam, porque a educação infantil requer cuidados em relação às crianças de zero a três anos, formação continuada, projetos pedagógicos, ludicidade, ou seja, tudo que envolva uma educação de qualidade. Para o Plano Nacional de Educação-PNE, (BRASIL, 2014). Esses fatos, somados ao modelo de “educação escolar”, explicam, em parte, algumas das dificuldades atuais em lidar com a Educação Infantil na perspectiva da integração e cuidados e na continuidade com os anos iniciais ao Ensino Fundamental.

Sendo assim, a estrutura de instituições infantis e formação continuada aos profissionais da área requer atenção do governo, pois a maior parte da população infantil não tem como ingressar em creches, pela ausência destas em suas localidades, portanto a construção de creches e efetivação promove ao processo de ensino-aprendizagem diminuindo a defasagem que há em alguns municípios, incluindo assim grande parte das crianças na rede de ensino.

Com base no exposto, apresentam-se as seguintes questões da pesquisa, direcionadora deste estudo: Quais os principais desafios para a universalização da educação infantil? Qual a Base legal para a universalização da educação infantil? Qual o entendimento do coordenador da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e gestores de Centros Infantis a respeito da universalização da educação infantil?

O procedimento metodológico para o desenvolvimento deste trabalho consistiu em uma pesquisa teórica para embasamento e pesquisa de campo com abordagem qualitativa e visou analisar e compreender os principais desafios que há na universalização da educação infantil, e está fundamentada basicamente em referências bibliográficas. Os dados foram coletados por meio de questionário elaborados, através de entrevistas aplicas para dois gestores de instituição de educação infantil e um coordenador da SEMED.

O primeiro capítulo está dividido em uma abordagem histórica e teórica da educação infantil, a legislação que compõe essa modalidade de ensino e para finalizar o primeiro capítulo com a estrutura didática da educação infantil. No

segundo capítulo aborda-se universalização da educação infantil no Brasil e os avanços no atendimento da educação infantil, aborda também o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil e para finalizar o segundo capítulo temos Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil.

No terceiro descrevendo a caracterização dos ambientes pesquisados, a metodologia adotada ao fazer a pesquisa, e análise dos dados pesquisados em relação ao processo de universalização no município a pesquisa foi feita através de questionários dois Centros Infantis com gestores da mesma e feita pesquisa também na Secretaria Municipal de Itaituba-SEMED com o coordenador da Educação Infantil do município de Itaituba – PA. Finaliza-se com as considerações que discorrem sobre a visão geral do trabalho realizado e seus resultados, logo após os referenciais constando sites, livros e artigos todos levantamento teórico.

1 ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação no Brasil já existia, nas aldeias indígenas, quando os idosos já ministravam seus ensinamentos as crianças as mesmas aprendiam a prática da arte ao fazer cerâmicas, confecção de colares e outros objetos, aprendiam também comportamento, caça e pesca advindo de tal conhecimento transmitido pelos mais velhos da aldeia. Então com a chegada dos portugueses ao Brasil colônia houve um quebra de cultura, passando acoplar a cultura dos povos portugueses, os mesmo transmitiram conhecimentos relacionadas a religião ocorrendo assim, uma alienação social, política, religiosa e cultural, determinando a vida de doutrinação nos índios, e por consequência as crianças também, que na época era visada como um ser a ser moldado sem conhecimento algum, considerado uma “tábula rasa”, ou seja, desprovida de qualquer saber. Além do ensino religioso eles instruíam os índios a ler e escrever.

Bach e Peranzoni (2014, p. 01) ressaltam “o surgimento também a educação das crianças escravas desde os 6 aos 12 já iniciavam como auxiliares das atividades, a partir dos 12 anos já eram vistos como adultos, tanto para o trabalho quanto para a vida sexual”. Já a criança consideradas “branca”, aos 6 anos, iniciavam os primeiros estudos de língua, gramática, matemática e boas maneiras e vestia os mesmos trajes dos adultos. Percebe-se então um contraste de desigualdade social, visto que o branco é considerado elite, e o negro, desprovido de qualquer favorecimento social.

Na Europa com a mudança do feudalismo para capitalismo, mudanças ocorreram entre mão de obra para fábricas e máquinas e que conseqüentemente causou um grande impacto causado pela Revolução Industrial na sociedade, isso mudou também em relação a família tradicional, onde a entrada da mulher em massa passa a fazer parte do mercado de trabalho, e isso alterou na forma de criação e educação dos filhos.

O crescimento da indústria moderna alterou significativamente a estrutura social, hábitos e costumes das famílias tradicionais. As mães que trabalhavam como operária que não tinham com quem deixar suas crianças, utilizavam o trabalho das conhecidas mães mercenárias. Essas, ao optarem pelo não trabalho nas fábricas,

oferecendo os seus serviços para cuidarem dos filhos de outras mulheres que trabalhavam nas fábricas.

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado à pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil. (RIZZO, 2003, p. 31).

Ressaltando então que a partir daí a criança pequena não era mais levada em consideração, ou seja, não tinha mais um status, principalmente as crianças de classe pobre, então desde esses tempos a educação sofria uma separação de classes sociais, onde as crianças da elite estudavam em pré-escolas, e as crianças que não tinha condições estudavam em creches totalmente financiadas pela assistência social. Já “a pré-escola passou a ser encarada como a porta de entrada das crianças ricas na Educação”.

Mesmo nesse sentido de que a pré-escola era somente para crianças da alta sociedade, surgiu então na época republicano o primeiro jardim de infância público, em 1896, após a criação do jardim de infância particular.

Em 1989 foi um grande marco para a mudança para institucionalizar as creches no Brasil, pois foi nesse ano que Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, tendo como objetivos: “[...] inspecionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução etc.)”. (SANTOS, 2010, p. 11). Visto que na época a maioria das crianças eram maltratadas e abandonadas. Quando a lei passou a vigorar, fazer com acontecesse o direitos das crianças em qualquer sentido, desde então passou a ser dever da família e do estado.

Neste sentido Bujes (2001) ressalta que “durante muito tempo, a família e o grupo social tinham responsabilidade sobre a educação da criança”. Prezando assim, pelo aprendizado da criança o que viria a ser no ambiente social futuramente.

Ariès (1981) mostra como o conceito de criança tem evoluído através dos séculos e oscilado entre polos em que ora a consideram um “bibelot” ou “bichinho de estimação”, ora um “adulto em miniatura”, pois é somente a partir do século XVII na Europa que há registros mais específicos (como o caso de fotos, cartas, diários) de uma separação entre as crianças e o mundo dos adultos.

Com essa evolução a criança vem surgindo como um ser autônomo e social, com históricos a serem estudados. Faria (1999, p.13), ressalta:

A criança é um sujeito social e histórico que está inserido em uma sociedade na qual partilha de uma determinada cultura. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também contribui com ele (BRASIL, 1994^a p.22). A criança, assim, não é uma abstração, mas um ser produtor e produto da história e da cultura. (FARIA, 1999, p.13).

A partir do século XVIII e XIX, a criança passou a ter uma grande importância educativa para os adultos, passando a ser visada como um ser realmente importante na sociedade, que necessita de reparos e cuidados, porém, esse foi um grande erro dos primeiros início da educação, em relação ao cuidar, que era o conceito feito pelo assistencialismo como o único item a ser feito, onde a mesma tinha como trabalho orientar para cuidados em relação à saúde, higiene e alimentação, pois, as crianças naquela época tinha um alto índice de mortalidade, por falta de higiene, algumas não tinham pais viviam a própria sorte, por isso a criação de asilos e creches para as crianças desamparadas ou abandonadas pela família.

Ressaltando então que Educação não era somente cuidar, mas, sim educar, como sujeito de necessidade de cuidados e também de aprendizado. Segundo Oliveira (2005, p.62).

[...] a [criança] começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados situados em um período de preparação para o ingresso no mundo dos adultos, o que tornava a escola [pelo menos para os que podiam frequentá-la] um instrumento fundamental. (OLIVEIRA, 2005, p.62).

A partir deste ponto a educação infantil passou a fazer parte da cidadania, onde antes eram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, especialmente da mãe, agora passando a ser responsabilidade da família e do estado. Deste modo, podemos dizer que, diferentes de outros países, no Brasil, as primeiras iniciativas quanto à organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com fins de apenas auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e que não tinham com quem deixar seus filhos.

Desta forma, a educação infantil, especificamente a partir da década de 1980 com a nova Constituição, foi ganhando maior força como campo e área de pesquisa e atuação dos profissionais da educação. Segundo os Referenciais, o papel da educação infantil é o cuidar da criança em espaço de formalidade, contendo a

limpeza, a alimentação e o lazer, ou seja, brincar. Também é seu papel “educar”, respeitando a ludicidade das atividades, buscando assim o desenvolvimento integral da criança.

Desde então, a criança em idade pequena vem ganhando vez na sociedade uma vez que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, embora não seja obrigatória, o governo disponibiliza, sendo assim um direito da criança e assim proporcionando condições adequadas e de qualidade para atender e desenvolver as atividades da criança promovendo bem-estar nos quesitos físicos, motor, emocional, social e intelectual.

A Educação Infantil deve ser entendida em amplo sentido, pois ela pode englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória. Diz respeito tanto à educação familiar e a convivência comunitária, como a educação recebida em instituições específicas. (BRASIL, 2005).

Percebe-se que a Educação Infantil é a chave para que futuramente essas crianças se tornem pessoas de bem, pois são trabalhadas todas as etapas da mesma, mas em alguns casos a mesma é negligenciada pelo governo, familiares, comunidade e escola, fazendo com que a criança se torne um ser antissocial, e sem um status a qual se possa usufruir em qualquer ambiente.

Ressaltar a importância da criança na sociedade é algo muito complexo, exigem cuidados e maneiras de falar, em se tratando do mesmo, a criança passou por diversas mudanças durante a descoberta do país, a chegada dos portugueses foi uma das grandes influenciadoras nessa mudança, e que antes a criança não era visto com tal importância como é considerada hoje.

1.2 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Até 1960 pouco se falava de leis que garantisse a estadia e oferta de Educação Infantil, Santos apud Haddad (2010, p.14), “a questão da creche avançou muito no Brasil nos últimos anos, vários setores da sociedade, como os grupos ligados aos movimentos populares e outros [...]” a população começou a reivindicar creches e pré-escolas percebendo assim como direito de educação para todas as crianças porem, para todas as camadas sociais garantido pela Constituição Federal.

Vale ressaltar que, até então, as políticas públicas para a educação infantil caracterizavam-se como obras de caridade, voluntarismo e filantropia, voltadas para o assistencialismo e, posteriormente, a propósitos educacionais.

A partir da legislação da Constituição de 1988, foi definido que é dever do estado e o direito da criança de ser atendida em creches e pré-escolas e vincula esse atendimento à área educacional tornando-se um elemento obrigatório na organização do trabalho pedagógico das escolas infantis brasileiras. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Durante muito tempo a forma de os adultos criarem as crianças era muito por assim dizer negligenciada, abandono do menor, o mesmo passando por várias instituições acolhedoras, devido a esse grande embate, foi criada essa lei composta na Constituição Federal como meio de proteger a criança. Nesta perspectiva, após dois anos da aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovada, na década de 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente, “a lei que reafirma o direito da criança ao mundo dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, foi estabelecido mecanismo de participação e controle social na formulação e na implementação de políticas para a infância”. (BRASIL, 2006, p. 09, apud SANTOS 2010, p. 16).

Alguns anos depois surge então a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) regulamenta a Educação Infantil, definindo-a como primeira etapa da Educação Básica e indicando como sua finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (NONO, 2009, p. 01).

Com o reconhecimento garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) faz-se necessário investigar quem são os indivíduos desta faixa etária e como proporcionar uma educação de qualidade para eles. Ressalta-se também a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e tem por objetivos:

[...] a mesma estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a serem observadas na organização de propostas

pedagógicas na educação infantil; As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil; Além das exigências dessas diretrizes, devem também ser observadas a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema. (BRASIL, 2010, p.11).

As propostas Pedagógicas são pontos cruciais para reaver os conceitos de aprendizagem das crianças que estão em idade escolar, porém, sabe-se que a realidade é remotamente ao contrário, muitas crianças na realidade estão sem estudar por falta de instituições que atenda a demanda da comunidade.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003, “apenas 37,7% do total de crianças com idade entre 0 e 6 anos frequentavam uma instituição de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental”. Quando considerada a população de 4 a 6 anos, a taxa de frequência à instituição é de 68,4%; e, quanto à população de 0 a 3 anos, esse percentual era de apenas 11,7%. Setenta e dois por cento desse atendimento encontrava-se na rede pública, concentrando-se de maneira relevante no sistema municipal (66,97%), em função da maior pressão da demanda sobre a esfera que está mais próxima das famílias e em decorrência da responsabilidade constitucional dos municípios com relação a esse nível educacional. (BRASIL, 2003).

Atualmente os resultados do módulo de Educação da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) revelam que houve melhora em praticamente todos os indicadores educacionais do Brasil, entre 2016 e 2018. A taxa de escolarização de crianças de 0 a 3 anos cresceu de 30,4% para 34,2%, o que equivalia a 3,5 milhões de crianças. No grupo de 4 a 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, essa taxa foi de 92,4% dos estudantes, totalizando quase 5 milhões de crianças na escola. A região Norte, com 86,4%, mostrava um resultado menor, mas o Nordeste, por outro lado, apresentava melhor taxa do que a média nacional. (BRASIL, 2019).

Mas ainda assim não é o bastante para atender o tanto de crianças que ainda estão fora do ambiente escolar, pois, a meta era até metade das crianças em creches e pré-escolas até o ano vigente de 2024. Esse processo de universalização tem enfrentado grandes desafios, pois demanda uma atenção minuciosa do

governo, a construção de uma unidade de educação infantil demanda planejamento e envolve os estudos de viabilidade, a definição das características ambientais e a elaboração do projeto arquitetônico, incluindo o projeto executivo, o detalhamento técnico e as especificações de matérias e acabamentos. Segundo o Ministério da Educação:

As metas de educação infantil, por exemplo, envolvem primordialmente o esforço municipal, porém, só serão atingidas com a contribuição das esferas estadual e federal. Financiamento, apoio técnico, diretrizes gerais, formação de professores, entre outros, são fatores imprescindíveis para a educação infantil, mas que não dependem, em grande parte, dos municípios. Portanto, os governos federais e estaduais têm compromisso com os municípios. Por outro lado, metas de ensino superior dizem respeito mais fortemente às esferas federais e estaduais, contudo, envolvem compromissos dos municípios, porque é no território municipal que os cursos serão oferecidos e onde os profissionais formados atuarão. Esse exemplo evidencia, inclusive, a vinculação da política de educação superior com as alternativas de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2014, p. 14)

As demandas são enormes perante a localidade de alguns municípios, poucas instituições creches e pré-escolas, muitas crianças à deriva em relação ao ensino, e que quando ingressar no fundamental I terá grandes dificuldades em seu crescimento cognitivo, social e político que se perpetuará em sua vida pregressa.

Todos esses quesitos servem para que o governo tome providencias que atenda a demanda do município e da comunidade, e que seja algo de qualidade, já que a mesma é um dos objetivos das Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil, cujo são:

- Integrar efetivamente as instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino por meio de autorização e credenciamento destas pelos Conselhos Municipais ou Estaduais de Educação.
- Fortalecer as relações entre as instituições de Educação Infantil e as famílias e/ou responsáveis pelas crianças de 0 a 6 anos matriculadas nestas instituições.
- Garantir o acesso de crianças com necessidades educacionais especiais nas instituições de Educação Infantil.
- Garantir recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento da Educação Infantil.
- Expandir o atendimento educacional às crianças de 0 a 6 anos de idade, visando alcançar as metas fixadas pelo Plano Nacional de Educação e pelos Planos Estaduais e Municipais.
- Assegurar a qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil (creches, entidades equivalentes e pré-escolas).
- Garantir a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos da realidade da Educação Infantil no país para orientar e definir políticas públicas para a área.
- Garantir espaços físicos, equipamentos, brinquedos e materiais adequados nas instituições de Educação Infantil, considerando as necessidades educacionais especiais e a diversidade cultural.

- Ampliar os recursos orçamentários do Programa Nacional de Alimentação Escolar para as crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil. [...] (BRASIL, 2010, p.17).

Portanto, é dever do governo, assegurar e garantir acessos das crianças nas creches, mas, não somente do estado pode ficar sozinho nessa educação, por isso a inserção da família e que apesar de tudo há ainda muita retenção de crianças em idade inferior aos 6 anos em instituições de Educação Infantil, o Brasil vem apresentando progressos em relação a cobertura da educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos de idade no período de 2004 a 2016, algumas ainda encontra-se impedidas de iniciar sua escolaridade regular obrigatória, tanto por falta de instituições para as comunidades locais, e também por ausência de profissionais da área deixando a desejar no quesito de Educação de qualidade.

Após a Constituição Brasileira surgiu a Lei Federal nº 8098/90 Estatuto da Criança e do Adolescente, comumente chamado de ECA, que já no seu artigo 3º, deixa explícito que:

A Criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando—lhes, por lei ou por outros meios todas as oportunidades e facilitar o desenvolvimento físico mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2005. p. 7-8).

Essa Legislação é clara ao dizer que a criança e o adolescente possuem o direito a uma educação que favoreça o seu desenvolvimento em diferentes aspectos, mas, por mais que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) seja uma legislação de 1990, ainda hoje, luta-se para que estes direitos sejam assegurados e postos em prática. Então a sociedade atual já começa a perceber que a educação infantil tem a obrigação de promover o desenvolvimento da criança seja ele afetivo, emocionais, cognitivos físicos e sociais, trabalhando de maneira integrada para que se realizasse com sucesso.

Efetivamente, não se pode obrigar uma criança de 3 meses ou de 3 ou 4 anos a frequentar uma instituição educacional, mesmo que se lhe dê nome afetivo como Parque Encantado, Mundo Feliz, Jardim da Infância. Mas alguém – a família, a sociedade e o Estado – tem a obrigação de garantir-lhe os meios que lhe possibilitem viver, aprender e desenvolver-se o mais plenamente possível. A Constituição é clara: a criança tem o direito (não a obrigação) de frequentar uma instituição de educação infantil; o Estado tem o dever de atender a esse direito. (LIMA; DIDONET, 2006, p.39).

O autor deixa explícito o papel do Estado e da família como um todo, não se pode obrigar a criança pequena a estudar, mas o Estado tem que fazer o seu papel de que tenha formas da criança participar e a família fazer com que a criança participe da escola como um bem futuro para a sociedade.

Mas, para lidar com a Educação infantil, ou mesmo a criança em si, precisava-se de professores capacitados para tal, e também se precisa de orientações para esses professores que seriam os mediadores da educação e que iriam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis e seu desenvolvimento, usando uma metodologia que precisa tirar aquele conceito do passado da educação infantil.

1.3 ESTRUTURA DIDÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A expansão da Educação Infantil vem ocorrendo gradativamente, em contraste com a globalização, a participação dos pais na escola, as mulheres no mercado de trabalho, são grandes fatores, que fizeram com que as demandas por uma educação de qualidade e institucional para crianças de zero a seis anos, fazendo parte então da constituição Federal de 1988, então a educação infantil como ponto legal, ficou sendo como dever do estado e da família e um direito da criança. Didonet (2006, p.35) destaca:

[...] sem educação a pessoa não se realiza como ser humano, não responde a sua vocação, não corresponde à expectativa da humanidade em relação a si mesma. Portanto, também não contribui com o progresso da sociedade, em conhecimento, em trabalho ou em invenção. Privar alguém de educação é privá-lo de seu projeto de vida, de sua vocação humana, de seu destino histórico. É tirar-lhe a história. Excluí-lo da marcha evolutiva da humanidade. (DIDONET, 2006, p.35).

Temos a educação como chave para a construção de nosso ser, construímos história e cultura através de nossos conhecimentos e educação, o autor cita isso claramente, pesquisas e políticas públicas relatam sobre a democratização e acesso à educação que vem permeando alguns anos sobre sua falta como um processo a se ter conhecimento, buscas e avanços no Brasil.

[...] as pesquisas sobre educação infantil têm caminhado em paralelo com os avanços das políticas públicas em relação à democratização do acesso (expresso de modo concreto no aumento do número de matrículas) e à melhoria da qualidade empreendida pelos sistemas municipais e estaduais de ensino (alguns mais do que outros), mobilizados graças ao impacto dos movimentos sociais e das mudanças legais e institucionais, engendradas também pelo governo federal. A elaboração de diretrizes e a definição de

critérios de qualidade, a recente aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a ampliação do ensino fundamental para nove anos abrem perspectivas de mudanças. (KRAMER, 2009; p. 12-13).

Percebe-se então, a luta do povo para melhoria de ensino da área infantil, que com a realização dessas metas do governo, melhorou, mas precisa-se, de profissionais para tal, e que os mesmos sejam valorizados, no seu campo de atuação que é a pedagogia.

A falta de métodos adequados para o desenvolvimento das atividades e, a excessiva escolarização ou a alfabetização precoce e a inexistência de um currículo que integre os cuidados à educação da criança, a pouca autonomia sobre a própria ação e a baixa remuneração também são questões que impedem um trabalho de mais qualidade. Paschoal e Machado (2009, p.14) citam que:

Para além das questões que envolvem todos os percalços que comprometem uma educação mais qualitativa para essa faixa etária, consideramos que muitos são os desafios para o novo milênio. Elencamos aqueles que nos parecem mais relevantes no que tange à busca pela qualidade no interior das escolas infantis e divididos em grandes eixos, que são:

- Recursos financeiros aplicados, exclusivamente, nesse nível de ensino;
- Universalização do atendimento para todas as crianças de zero a cinco anos de idade;
- Formação inicial e continuada do professor que priorize a integração entre os cuidados e a educação da criança pequena;
- Projeto pedagógico adequado para essa faixa etária, que possibilite o enriquecimento das experiências infantis;
- trabalho coletivo entre a direção, coordenação, professor, demais funcionários da instituição e família das crianças
- ludicidade como elemento fundamental na organização do trabalho pedagógico;
- participação das famílias nas escolas infantis;
- espaço físico contendo mobiliário e material pedagógico adequado à idade das crianças;
- segurança física e psicológica que garanta o acolhimento a todas as crianças, inclusive às crianças especiais;
- articulação entre esse nível de ensino e os anos iniciais do ensino fundamental. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.14).

Temos, portanto, inúmeras falhas que tange em relação ao ensino de Educação Infantil, são vários fatores, é importante lembrar que a Educação de qualidade da criança pequena possa ser reconhecida não só no plano de leis e nos documentos oficiais, mas pela sociedade como um todo. Afinal essa modalidade educacional é de responsabilidade pública e, como tal, deve prioritariamente ser assumida por todos sendo assim um de nossos maiores desafios em universalizar a educação nessa faixa etária.

Segundo o autor Didonet (2003, p.9) esclarece a relação cuidar e educar quando diz: “Não há um conteúdo ‘educativo’ na creche descolada dos gestos de cuidar. Não há um ‘ensino’, seja um conhecimento ou um hábito, que se use via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora da progressiva autonomia da criança”. Autores destacam que:

[...]a autonomia, identidade e competência constituem três vertentes fortemente ligadas no processo de desenvolvimento da criança e na concepção de uma Educação Infantil de qualidade, onde a autonomia é a construção da capacidade de agir e de estar bem sozinho e de viver relações solidárias com os outros. Já a identidade, diz Zabalza (1998), é o amadurecimento de uma autoimagem positiva e um sentimento de confiança em si mesmo e nas próprias capacidades, e as competências é a construção da capacidade de interiorizar e utilizar os sistemas simbólico-culturais. (MATHIAS; PAULA apud ZABALZA, 2009, p.16).

Quando o professor da educação infantil tem esse discernimento, sobre a construção do ser da criança sabendo que o mesmo é o mediador do que está sendo transmitido ele é mais do que capaz de fazer com que a criança alcance seu objetivo sendo a ponte que a criança precisa para poder chegar no seu autoconhecimento.

O professor ao seguir a estrutura didática da Educação Infantil que tem a premissa de coordenar pedagogicamente a partir do referencial teórico que orienta a proposta pedagógica da escola estabelecendo a organização de sua rotina em sala de aula para que o aluno tenha segurança no local em que está inserido de acordo com a necessidade da criança. O Ministério da Educação Básica destaca que:

A professora/professor, junto com as crianças, prepara o ambiente da Educação Infantil, organiza-o a partir do que sabe que é bom e importante o desenvolvimento de todos e incorpora os valores culturais das famílias em suas propostas pedagógicas, fazendo-o de modo que as crianças possam ressignificá-lo e transformá-lo. A criança pode e deve propor, recriar e explorar o ambiente, modificando o que foi planejado. (BRASIL, 2006, p.9)

Acredita-se que diferentes modificações no ambiente pode ajudar no processo de interação de professor-aluno, tal trabalho baseia-se na escuta, dialogando e observando as necessidades e interesses expressos pelas crianças, transformando-as em objetivos pedagógicos além de que o espaço físico da educação infantil ele promove descobertas, aventuras, criatividade desafios, aprendizagens, e que facilite a interação criança-criança, criança-adultos e deles com o meio ambiente. O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável, e acessível para todos e quando não há esse espaço, a

transformação daquela criança será afetada em seu futuro como adulto. Barbosa salienta que:

O ambiente é fundamental na constituição dos sujeitos por ser um mediador cultural tanto da gênese como da formação dos primeiros esquemas cognitivos e motores, ou seja, um elemento significativo do currículo uma fonte de experiência e aprendizagem. (BARBOSA, 2006, p. 121).

Ressaltar a importância do ambiente é fundamental para a aprendizagem da criança, ou seja, o espaço é o elemento material ao qual a criança pode sentir as sensações térmicas, ou a luz, som, cor, ali a criança estabelece o seu mundo com o do adulto qualificando assim seu espaço material. Como por exemplo Belinski e Schady (2016, p.135) cita que a organização da sala de aula um dos fatores importante para a aprendizagem. “Em salas de aula altamente organizadas, o professor é proativo na gestão do comportamento, estabelecendo expectativas claras; as rotinas da aula permitem que o aluno aproveite o tempo ocupado com atividades construtivas”; e é a partir desse momento que o professor promove ativamente a participação do aluno nessas atividades. Oliveira frisa que:

Construir creches e pré-escolas que atendam às necessidades infantis de desenvolvimento, é uma forma de superar o modelo individualista consumista presente em nossa sociedade, e trabalhem diferentes modelos culturais, em uma atmosfera democrática, descentrada, dentro de gestões coletivas, contribuindo para formar uma personalidade infantil verdadeiramente multidimensional. Elas devem constituir-se em ambiente aberto à exploração do lúdico, onde as crianças se engajam em atividades culturais, auxiliando-as a desempenhar e a se apropriar de novas ações nelas envolvidas. Nestas atividades o ambiente - em seus aspectos cognitivos, estéticos e éticos - é continuamente ressignificado pelas crianças. (OLIVEIRA, 1998, p. 89-90).

Como já foi abordado, fazer com que a criança se torne um ser independente e autônomo autor de suas próprias ações não é fácil, por isso o professor tem todo um preparo antes de entrar em uma sala de aula de Educação Infantil.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação (RCNEI) traz orientações sobre como organizar o trabalho didático com a criança de zero a seis anos de idade, para o estabelecimento da rotina e, explica que:

A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e as situações de aprendizagens orientadas. A apresentação de novos conteúdos às crianças requer sempre as mais diferentes estruturas didáticas, desde contar uma nova história, propor uma técnica diferente de desenho até

situações mais elaboradas, como, por exemplo, o desenvolvimento de um projeto, que requer um planejamento cuidadoso com um encadeamento de ações que visam a desenvolver aprendizagens específicas. Estas estruturas didáticas contêm múltiplas estratégias que são organizadas em função das intenções educativas expressas no projeto educativo, constituindo-se em um instrumento para o planejamento do professor. Podem ser agrupadas em três grandes modalidades de organização do tempo. São elas: atividades permanentes, sequência de atividades e projetos de trabalho. (BRASIL, 1989, p. 54-55).

Apesar de haver diversas orientações sobre como irá acontecer a sequência didática, o professor não pode e nem deve se valer somente disso, pois a mesma não representa um modelo fechado que define um padrão único de intervenção. Pelo contrário, são indicações e sugestões para subsidiar a reflexão e a prática do professor. E que a partir daí o professor busca meios com que os alunos aprendam métodos que provem de atividades bem elaboradas.

Em relação a estrutura da parte interna das rotinas pedagógicas que fazem parte de algo importante em seus elementos constitutivos na relação das rotinas que acontecem em uma sala de aula é preciso de organização do ambiente e o uso do tempo necessário para a atividade proposta e também a seleção e oferta de recursos de materiais, independentemente se for utilizar em uma rotina diária, anual, sazonal entre outras.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998 p.56 vol1) dita também sobre a sequência de atividades, algo primordial no processo de ensino das crianças “São planejadas e orientadas com o objetivo de promover uma aprendizagem específica e definida”. Ou seja, as atividades são sequenciadas com intuito de oferecer desafios para que as crianças possam ter autonomia de resolver atividades de diferentes métodos, uma forma de observar se o aluno está aprendendo, com essa diversidade metodológica.

2 UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

2.1 AVANÇOS NO ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O avanços no atendimento da Educação Infantil ainda é um processo em andamento, são muitas questões a serem observadas, muitas crianças fora da escola por questão de terem poucos centros e questão da localidade é um grande fator dessas crianças estarem fora do ambiente escolar infantil, vale ressaltar que em capitais ou interior vivem os mesmos dilemas. Oliveira (2005, p.17) destaca um pouco sobre seu entendimento em relação ao atendimento em creches e pré-escolas:

Analizando a história do atendimento de crianças pequenas em creches e pré-escolas, constata-se o uso político da questão de qual seria o melhor ambiente para aquelas crianças serem cuidadas e educadas. Em determinados momentos em que o trabalho fora do lar de mulheres, particularmente as pertencentes às camadas sociais de baixa renda". (OLIVEIRA, 2005, p.17)

Com ênfase na citação da autora observa-se que para conseguir tais proezas em relação a Educação Infantil além das lutas sociais, foram as leis da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, essas leis foram determinantes para o atendimento em creches e pré-escolas se concretizarem.

Voltando um pouco antes das leis vigorarem no Brasil, o autor Santos (2010, p.12), "salienta que no século XIX, ainda foram poucas as iniciativas de atendimento à educação infantil. Podemos dizer que, do período colonial até o início do século XX, pouco se fez no Brasil em relação ao amparo às crianças que viviam na pobreza". Já que não existia uma política governamental referente às creches havia apenas um atendimento realizado no meio rural, com a finalidade de cuidar da criança pequena separada da mãe, o que acarretou em um grande número de crianças órfãs ou abandonadas. Estes eram filhos bastardos gerados de exploração sexual de mulheres negras e índias cometidas pelo homem branco.

A partir de 1970 no Brasil a Educação de crianças de 0 a 6 anos foi mudada drasticamente devido ao campo de políticas e teorias educacionais, com históricos de luta por creches e pré-escolas, marcada por movimentos, tomou grandes proporções, e os governo na época aqueles que se instalaram pós-abertura política, foram grandes investidores para ampliar o direito da criança dessa faixa etária.

Mediante a grandes fatos históricos até a atualidade, visou-se uma grande mudança no atendimento a criança pequena.

Segundo Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2010, p.7) o atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirma na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. O processo que resultou nessa conquista teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação.

Para tanto, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação básica (BRASIL, 2006, p.10) “objetiva que para o Brasil querem concluir o projeto nacional de inclusão, ou seja, todas as crianças na escola, o que só será possível com o acesso de todos os brasileiros à educação básica com um padrão adequado de qualidade”.

O PNE (Plano Nacional de Educação) traça algumas metas em relação a democratização e acesso, a primeira meta do novo PNE trata especificamente do direito à educação infantil em até 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE para serem ampliadas e atendidas em creches, e universalizar a infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco). Apesar dos avanços menos da metade das crianças principalmente da população de extrema pobreza frequenta uma creche em sua localidade.

Apesar de a educação infantil ser importante na formação do ser humano tanto no ser social, cognitivo, precisa-se de formações continuada para os profissionais que atuam na área, que possibilitam e são mediadores da formação e autonomia da criança nessa modalidade de educação. Essa falta de profissionais e instituições dificultam o atendimento a crianças de creche e pré-escola, sendo que a maioria dessas instituições para crianças pequenas são privatizadas deixando a desejar no ensino público.

Faz parte dos pensamentos mais tradicional que a qualificação dos profissionais da Educação Infantil, pois, a mesma é um processo que viabiliza não só a cidadania da criança, mas também oportuniza a sua socialização e a convivência com seus pares, é preciso pensar nos profissionais que lidam com elas se colocando como um pré-requisito e uma precondição à implantação de mudanças na escola. Se pretende introduzir uma nova prática, nova metodologia, um novo currículo ou uma nova organização escolar e para isso é preciso ter inovações e

como preparar, capacitar os professores para as novas tarefas que lhe serão atribuídos.

O avanço na educação infantil vem mudando aos poucos, principalmente no quesito de leis em vigor, resultados de muitas lutas no passado. Mas infelizmente, nem tudo que está no papel está acontecendo na realidade. “Existe uma enorme discrepância entre a valorização dada à criança em nível do discurso, e a situação real da infância brasileira”. (KRAMER, 2011, p. 109)

Neste cenário, a luta por melhorias no atendimento às crianças na Educação Infantil deve prevalecer, porém voltadas a realidade das necessidades para o desenvolvimento intelectual e cognitivo da mesma, superando assim o caráter assistencialista enraizado ao longo dos anos passados. Angotti apud Takemoto; Lima-Santos (2013, p. 11), ressalta que:

[...] elementos da história do atendimento à infância precisam e merecem ser conhecidos, entendidos e analisados, para que se possa elaborar e manter luta pelas condições educacionais que favoreçam a inserção da criança na sociedade a qual pertence sua condição de direito em ser pessoa, em ser e viver as perspectivas sócio político, histórico, culturais que sustentam as bases do sujeito, protagonista da história e do seu próprio desenvolvimento, interlocutora de diálogos abertos com e em um mundo em permanente e absoluta dinamicidade. (ANGOTTI Apud TAKEMOTO; LIMA-SANTOS, 2013, p. 11).

Mesmo com as mudanças sociais e a valorização dos profissionais da educação infantil ainda sim o pensamento assistencialista se mantém presente em algumas creches e pré-escolas infantis do Brasil, e há ainda também pais que matriculam seus filhos somente na intenção de o mesmo ser cuidado, e não como caráter educativo e social como realmente deveria ser vista pela sociedade. “A criança hoje passa grande parte de sua vida, cerca de oito a dez horas em uma instituição de Educação Infantil, onde professoras, assistentes e crianças constroem vínculos afetivos e de aprendizagens (...)”. Takemoto; Lima-Santos (2013, p. 11).

O professor como mediador deve planejar as ações pedagógicas para que haja o desenvolvimento integral da criança fazendo desse momento o melhor possível, de certa forma para que sejam cuidadas e que aprendam ao mesmo tempo. Falar da criança é pensar que a mesma é:

[...] um ser social, pensante, que age e interage com a sociedade em que vive e também constrói e reconstrói conhecimentos. A busca do conhecimento se faz necessário ao educador infantil, compete a ele interrogar, investigar, explorar, analisar o que propõe como prática

pedagógica em seu cotidiano nas salas de educação infantil de modo a aprimorar seu fazer pedagógico. (TAKEMOTO; LIMA-SANTOS 2013, p. 11).

Cabe ao ser pedagógico explorar e observar cada situação que a criança aprende naquele momento e a partir dali ensinar de acordo com que ele sabe de cada criança individualmente e coletivamente, assim o mesmo saberá como agir diante das diversidades impostas e respeitando assim a cultura do próximo.

Ao considerarmos que vivemos em contextos culturais e históricos em permanente transformação, podemos incluir aí também a ideia de que as crianças participam igualmente desta transformação e, neste processo, acabam também transformadas pelas experiências que vivem neste mundo extremamente dinâmico. Portanto, penso que é de extrema importância nos darmos conta de que as mudanças que ocorrem com as crianças, ao longo da infância, são muito importantes e que algumas delas jamais se repetirão. Em razão disso, considero da maior relevância defender o direito da criança à sua infância, o que tem sido negado a muitas delas. (CRAIDY; SILVA, 2001, p. 18)

Todos esses aparatos servem na função de que percebemos o quanto a educação infantil precisa ser qualificada, pois, se trata de um lugar de acolhimento, segurança, lugar da construção de seu desenvolvimento social, cognitivo, político e psicomotor. As autoras ainda destacam que [...] “as creches e pré-escolas vão ainda, por muito tempo, constituir um importante espaço de “descoberta do mundo” para um sem-número de crianças”. (CRAIDY; SILVA, 2001, p. 18)

Para cumprir uma responsabilidade social e ao mesmo tempo compartilhar com as crianças esse momento de descoberta é algo prazeroso e que chega a desafiar, pois é um momento de descoberta, curiosidade e na escola elas encontram esses momentos, pois é um lugar onde se faz amigos. Não se trata somente de prédio salas, quadros, programas, horários, conceito. Escola e sobre tudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que alegre-se conhece, se estima. O professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um, se comporta como colega, amigo, irmãos. O importante na escola, não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem.

Houve sim um grande processo histórico de mudança no atendimento à infância, vale ressaltar que as mudanças ocorreram em relação ao assistencialismo para uma ação, mais humana, mais pedagógica, não se pode negar que ainda há uma grande disparidade em relação a educação da criança pequena, ao relacionar sua origem social.

Entretanto, com as lutas do povo, a Educação Infantil consolidou sua existência e sua grande importância, o cenário de luta das famílias por uma educação de qualidade, se concretizou na Constituição Federal, a demanda de crianças fora dos centros Infantis ainda é grande, falta de vagas, falta dos próprios centros adequados, mas, está mudando aos poucos as políticas públicas vem com o intuito de promover um atendimento de qualidade juntamente com o governo.

2.2 REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) foi um documento originado de um debate nacional contendo três volumes com participação de diversos profissionais que trabalham diretamente com a criança pequena, contribuindo para a sua experiência e prática mais acima de tudo respeitando os estilos pedagógicos e diversidade cultural brasileira.

Devido a este vasto conhecimento o RCNEI veio para contribuir que os direitos das crianças sejam reconhecidos com objetivos socializador nessa modalidade de educação propiciando ambientes que tenha acesso das crianças em um ambiente social e cultural.

Considerando-se as especificidades de afetividade, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios:

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;

- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p.13).

Como já foi bastante citado o professor é o mediador do conhecimento transmitido, fazendo com que o aluno descubra sua própria identidade transformando-se em um ser autônomo, reflexivo, crítico e tomador de decisões

diante da adversidade de seu cotidiano. Seguindo essa ideia, o Referencia Curricular Nacional destaca e busca:

Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças. (BRASIL,1998, p.22).

Portanto seguindo essa mesma ideia, a criança é um ser singular com particularidades diferenciadas e que tem que ser respeitadas e o professor tem o dever de trabalhar a partir desse ponto com a criança, ressaltando que as crianças sente um prazer indescritível nas suas pequenas conquistas, ou liderando alguma brincadeira, se sentindo independente se identificando com o adulto.

Nos últimos anos vários debates de níveis nacionais e internacionais discutindo sobre o educar e cuidar da criança de forma qualitativa, advindo de concepções e desenvolvimentos da criança em seu contexto social, ambiental e cultural. Para tanto, a educação infantil precisa ser acessível para que propiciem o desenvolvimento de identidades das crianças já que a instituição de educação infantil é uma entidade de interação, brincadeiras e aprendizagens.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL,1998, p.23).

Para a criança, isso contribui para o seu formação e desenvolvimento, seguindo a situação de cuidados o RCNEI contempla o cuidar como parte que integra a educação infantil em relação do cuidado com o outro e a si próprio direcionando para o lado afetivo do ser pedagógico, e isso é influenciado por crenças e o desenvolvimento da criança, porém, esse cuidado é sobre tudo dar atenção e compreender e identificar e responder suas necessidades.

O RCNEI também contempla o brincar da criança como uma forma de linguagem infantil como uma imitação que transforma emocionalmente surgindo assim, ideias que já foram vivenciadas. Para o RCNEI:

A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil. Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. (BRASIL, 1998, p.27).

Visando então que a criança assume determinado papel em uma brincadeira quando seu conhecimento já provém de uma imitação e reprodução de alguém ou algo que já é conhecido, e é o professor como o adulto que ensina a criança em sua autonomia, “ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar”. (BRASIL p. 28, 1998).

O brincar da criança é algo primordial através dos jogos ou brincadeiras, as crianças desenvolvem a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios. Percebemos a importância de que as crianças sejam ensinadas por alguém com mais experiência, para que possam conhecê-las, aprendê-las e passar a fazer uso dessas brincadeiras com prazer nas suas interações com outras crianças sem mais a presença do adulto. Nessa perspectiva possibilitar às crianças conhecimento de que brincar não é apenas manusear objetos e jogos eletrônicos, e sim participar das brincadeiras interagindo com os colegas e familiares, desenvolvendo valores importantes na formação do ser humano.

O professor é algo essencial para que isso ocorra, considerando assim a organização do trabalho educativo, para que a criança tenha uma interação com o meio em que está envolvido, já que a mesma dispõe das informações a partir da interação como crianças da mesma idade ou de idades diferentes, aprendendo as suas individualidades e diversidades, uma função primordial no processo cognitivo.

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma a que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima. A existência de um ambiente acolhedor, porém, não significa eliminar os conflitos, disputas e divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças

aprendam a conviver, buscando as soluções mais adequadas para as situações com as quais se defrontam diariamente. (BRASIL, 1998, p. 31).

Neste momento é que o professor vai usar suas metodologias, seu lúdico, sua diversidade para que as crianças interajam umas com as outras, transformar o lugar em que estão em um lugar acolhedor, socializador, respeitando suas necessidades e ritmos individuais e coletivos da criança, pois, a partir dessa interação e socialização com outros é que ele aprende a construir sua própria identidade, percebe-se então, a importância de inserção da criança na educação infantil em creches e pré-escolas. “O ingresso na instituição de educação infantil pode alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes”. (BRASIL, 1998, p. 13,).

O referencial mostra bastante destaque nos valores, concepções, crenças e conhecimentos advindos da construção de sua identidade e o professor ajuda a criança a valorizarem suas características da cultura e crença e etnias, mas, dependendo como for tratada essa questão de diversidade ou a criança pode adquirir todos esses conhecimentos para valorizar a cultura do outro, ou pelo contrário, favorecer a discriminação quando é conivente com preconceitos.

A identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal. Sua construção é gradativa e se dá por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição. A fonte original da identidade está naquele círculo de pessoas com quem a criança interage no início da vida. Em geral a família é a primeira matriz de socialização. Ali, cada possui traços que o distingue dos demais elementos, ligados à posição que ocupa (filho mais velho, caçula etc.), ao papel que desempenha, às suas características físicas, ao seu temperamento, às relações específicas com pai, mãe e outros membros etc. (BRASIL, 1998, p. 13).

A criança em seu processo de aprendizagem se dá pela simples imitação de um adulto a apropriação corporal que aquele adulto usa na frente da criança, e isso é visível desde a criança muito pequena, na reprodução de gestos e expressões faciais produzidos por pessoas com quem a criança convive, a forma corporal e linguagem a qual esse adulto transmite o conhecimento a criança.

A imitação é resultado da capacidade de a criança observar e aprender com os outros e de seu desejo de se identificar com eles, ser aceita e de diferenciar-se. É entendida aqui como reconstrução interna e não meramente uma cópia ou repetição mecânica. As crianças tendem a observar, de início, as ações mais simples e mais próximas à sua compreensão, aquelas apresentadas por gestos ou cenas atrativas ou por pessoas de seu círculo afetivo. A observação é uma das capacidades humanas que auxiliam as crianças a construírem um processo de diferenciação dos outros e consequentemente sua identidade. (BRASIL, 1998, p. 21)

Essa forma de brincar e imitar enriquecem sua identidade, ampliando suas concepções sobre coisas e pessoas, outra parte que é bastante fundamental na construção do ser é a oposição em que a criança determina em certo momento, e isso significa de certo modo se diferenciar do outro, afirmando o seu ponto de vista. E é neste sentido que a instituição deve construir um ambiente confiança, segurança, o Referencial destaca os objetivos desse ambiente nas instituições para as crianças de zero a três anos de idade.

experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais, expressando seus desejos, sentimentos, vontades e desagrados, e agindo com progressiva autonomia; familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo progressivamente seus limites, sua unidade e as sensações que ele produz; interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e higiene; brincar; relacionar-se progressivamente com mais crianças, com seus professores e com demais profissionais da instituição, demonstrando suas necessidades e interesses. (BRASIL, 1998, p. 27).

O professor da educação infantil entende que o mesmo é o modelo de exemplo para a criança seguir, além do professor mostrar as brincadeiras, ele ensina a criança a refletir sobre os conhecimentos ali transmitidos, e a partir dos quatro anos de idade quando a criança inicia a pré-escola os conhecimentos passando anteriormente seriam ampliados e aprofundados garantindo para que a criança seja capaz de:

ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas; identificar e enfrentar situações de conflitos, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade; valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências; brincar; adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência; identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe. (BRASIL, 1998, p. 27-28).

De alguma forma propiciar momentos em que a criança faça algumas coisas sozinhas e o elogio de suas conquistas pode propiciar, momentos de competências de ações que elas mesmo produzem. E é neste sentido que surge a BNCC com competências e habilidades garantindo assim a equidade e qualidade de acesso dos alunos na educação, “nascer com o intuito de equiparar as desigualdades existentes em nosso país no que se refere aos direitos de aprendizagem, estabelecendo os conhecimentos que devem ser construídos com as crianças de acordo com a fase de desenvolvimento em que se encontram”. (TROVATO, 2017, p.2).

2.3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Falar da Base Nacional Comum Curricular é distinguir as intenções educativas a serem asseguradas no ensino em si, apesar das mudanças feitas para facilitar a didática do professor em sala de aula, ainda há dificuldades em se utilizar a BNCC no campo de atuação.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define os direitos de aprendizagens de todo aluno e aluna do Brasil. É uma mudança relevante no nosso processo de ensino e aprendizagem porque, pela primeira vez, um documento orienta os conhecimentos e as habilidades essenciais que bebês, crianças e jovens de todo o país têm o direito de aprender – ano a ano – durante toda a vida escolar. Mas ainda há dúvidas sobre esta política pública e as mudanças que ela traz. (BRASIL, 2017, p.3).

Trazer a nova BNCC para os campos de atuação está sendo um pouco difícil para alguns profissionais da educação, trazer o lúdico para a sala de aula ainda é difícil, sabe-se que alguns profissionais ainda agem como na época da escola tradicional. E nós como futuros profissionais temos que ressaltar que as crianças precisam de experiências que envolva o lúdico como forma de aprendizagem, pois, a criança é curiosa e sempre busca compreender o que está ao seu redor, e o professor está ali para fazer com que a criança questione as coisas a qual ela encontra.

Vale ressaltar que a BNCC traz a participação com afimco dos pais no âmbito escolar. “As famílias passam a conhecer melhor o processo de desenvolvimento das crianças e o que é pertinente a cada fase. Assim, acompanham as suas conquistas de modo mais consciente, contribuindo com a escola e tendo a chance de cobrar

desta um trabalho que se volte ao alcance dos objetivos almejados. (TROVATO, 2017, p.2)

Como já foi bastante explícito a presença da família na escola é algo primordial para o processo da criança e seu comportamento escolar e nova BNCC foi bem específica em relação a família da criança na instituição. Para tanto a BNCC segue com objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que a autora Trovato cita com veemência.

Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento traçados pela BNCC para a Educação Infantil representam compromissos que as escolas e os educadores devem assumir com e para as crianças. Tais objetivos não incluem apenas comportamentos, habilidades e conhecimentos, mas também vivências nos campos de experiências dos quais as interações e brincadeiras fazem parte como eixos estruturantes. (TROVATO, 2017, p.5)

Ao considerar os eixos estruturantes que a BNCC aborda que são: Conviver; Brincar; Participar; Explorar; Expressar e Conhecer-se, e a cada eixo um aprendizado o pedagogo quando faz esses eixos acontecerem com a criança está abrindo portas para sua aprendizagem e ressaltar a aprendizagem como centro da Base Nacional Comum curricular é um fato, pois, o mesmo tem o objetivo de que a escola e o pedagogo centralize a complexidade e a pluralidade dos modelos sociais havendo uma inserção e atuação desse sujeito que é a criança no âmbito social.

A BNCC como documento curricular que auxilia e orienta o sistema, a gestão, os educadores, o município, o estado com propostas em relação a equidade e igualdade para todos em relação a aprendizagem na educação infantil. “A BNCC – EI atribui como função essencial das instituições de Educação Infantil a garantia da socialização, do cuidado e da educação, tendo a interação e a brincadeira como eixos estruturantes e importantes. Ela rompe com a lógica da organização de conteúdos em áreas de conhecimento ao apresentar uma estrutura pautada nas características do desenvolvimento do sujeito (criança de 0 a 5 anos e 11 meses) e propõe que os conteúdos que sejam estruturados com base na realidade ou seja do cotidiano parte concreta e dos saberes da criança, “organizando-os em campos de experiência que integram relações afetivas, conhecimento de si e do outro, objetos e espaços, interações, linguagem, literatura, música, cultura etc.”. (TROVATO, 2017, p.7)

Ao pensar na BNCC-EI a mesma orienta e reforça que a ideia é que a criança seja o centro do processo de aprendizagem, e resalta a importância do educador

ver que as crianças tem um valor e um potencial a serem cuidados e apesar do conceito não ser simples, é fundamental para um ensino de qualidade, mas que essas orientações seja centrada na criança e que garanta seus direitos e proporcione oportunidades de aprendizagem a partir das brincadeiras e interações que é um dos eixos que a BNCC exige sendo um dos principais fenômenos da cultura infantil. Seguindo os seis direitos da aprendizagem da criança que compõe a BNCC, a primeira:

[...] Conviver: “Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” [...] (BRASIL, 2017, p. 5).

Favorecer momentos em que a criança interaja com os colegas, com a família é fundamental, mas, vale ressaltar que essas situações deva haver regras, deixando a criança participando das organizações envolvendo-as em tarefas que fazem parte de seu cotidiano, fazendo com que a criança conviva consigo e com o outro respeitando a cultura do outro. Seguindo o raciocínio o segundo eixo do direito a aprendizagem é:

[...] Brincar: “Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais” [...] (BRASIL, 2017, p. 5).

O brincar é essencial na rotina da criança, e para tanto se trata de uma iniciativa infantil, atividades propostas em sala de aula dependendo do conteúdo, pode ser uma forma de transformá-la em brincadeira, mas, em proporção a aprendizagem em que aquilo trará para a criança. “(...) é brincando que a criança se humaniza aprendendo a conciliar de forma efetiva a afirmação de si mesma à criação de vínculos afetivos duradouros (...). (OLIVEIRA, 2000, p. 7/8).

Observa-se então a importância do brincar como algo notório e o mesmo abre caminho e constitui o processo de ensino/aprendizagem favorecendo a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, imaginação e imitação tornando-se em seres participativos.

[...] Participar: “Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a

escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando" [...] (BRASIL, 2017, p. 6).

Como aborda a Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil a participação da criança em sala de aula é essencial, o professor quando faz com que o aluno participe dos pequenos detalhes ou decisão em sala de aula, o mesmo estará contribuindo para seu crescimento como pessoa que sabe tomar decisões e uma pessoa que sabe escutar opiniões e respeitar, fazer com que a criança participe da organização no cotidiano coletivo é primordial para seu desenvolvimento. Outro eixo extremamente importante para seu crescimento é:

[...] Explorar: "Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia" [...] (BRASIL, 2017, p. 7).

Ressaltando que é fundamental que a criança aprenda com o adulto, porém, quando elas exploram sozinhas, elas vivenciam um mundo somente delas, o professor ao criar esses momentos e ao mesmo tempo ele orienta a criança a ter uma reflexão, pois o mesmo observa e escuta, e a partir daquele momento ele saberá diferenciar o quão importante e necessário é esse momento para as crianças. "[...] Expressar: Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões". (BRASIL, 2017, p. 7).

Quando a criança não se expressa subteme-se que algo está errado, pois, o se expressar é imprescindível para as crianças perceberem que tem seu direito garantido nesse quesito, a BNCC-EI destaca também que o ambiente onde irá ocorrer esse momento é importante principalmente em grupos para fluir e proporcionar esses momentos de fala e expressão.

[...] Conhecer-se: "Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário". (BRASIL, 2017, p. 8).

Todos os direitos citados acima se resume neste último, a construção da própria identidade da criança o professor deve sempre propiciar momentos em que a criança se conheça e conheça o outro, a percepção de consciência do corpo etc.,

causando experiências únicas, a interação entre professor/aluno e aluno/aluno, as brincadeiras e linguagens vivenciadas naquele momento e naquele ambiente, trazendo consigo culturas diferentes, porém, imprescindível para o desenvolvimento cognitivo, social, cultura e político e que fara parte pelo resto da vida de cada criança e o professor está fazendo parte dessa ponte como o mediador e transformando as crianças em seres autônomos capazes de criarem suas próprias decisões esse é também o papel da escola garantir os 6 (seis) direitos de aprendizagem organizando assim sua rotina e suas ações.

3 O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAITUBA-PARÁ: OLHARES DE GESTORES DE DOIS CENTROS INFANTIS E COORDENADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE PESQUISA

3.1.1 Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro Municipal de Educação Infantil Branca de Neve o mesmo está localizado na Rua Nicolau Varjão s/n Bairro Piracaná. Foi inaugurado em dezembro de 1997, na gestão do Prefeito Edilson Dias Botelho, como creche municipal, nesse período funcionava em regime integral, tendo como entidade mantenedora Secretaria de Bem-Estar Social (atualmente SEMDAS), ressalta-se que em anos anteriores a creche funcionava em prédios locados. A partir de 1997 passou a funcionar no endereço acima citado com (04) quatro salas de aula, (01) uma cozinha, (01) refeitório, (02) dois banheiros e um salão de reuniões. No ano de 2007, a instituição passou a ser Centro de Educação Infantil, sobre responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto (SEMECD), atualmente Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Nos anos de 2011, 2012 funcionou com salas em anexos, na Igreja Adventista do Sétimo Dia, sendo que no primeiro semestre de 2013, passou a funcionar em um barracão no Bairro Vale do Tapajós. Funcionando nos turnos: matutino e vespertino com 20 turmas, sendo 10 em cada período, atendendo uma demanda de 442 alunos, com faixa etária entre 03 e 05 anos (creche e pré-escola) sob responsabilidade de diretor e vice-diretor. No ano de 2016, o centro tem em sua matrícula inicial 448 alunos distribuídos em turnos matutinos e vespertinos, totalizando 22 (vinte duas) turmas de maternal, jardim I e jardim II.

Destaca – se que no em 2018, o CMEI Branca de Neve disponibilizou para a comunidade 606 vagas, 446 matriculados na sede e 160 no Anexo, funcionando na Igreja Adventista do sétimo Dia. As crianças de 03 a 05 anos estão distribuídas em 32 turmas. Já no ano de 2019 a escola trabalhou com 490 alunos na sede, 150 alunos no anexo A, nas salas da igreja adventista e mais 118 alunos no anexo B, localizado na 31ª Rua, Bairro Piracaná.

3.1.2 Centro Municipal de Educação Infantil Marcelly Ayala Ferreira Figueira “Cecezinha”

De acordo com PPP da instituição Centro Municipal de Educação Infantil Marcelly Ayala Ferreira Figueira “Cecezinha” foi criada através do Decreto Municipal Nº 007, de 27 de Janeiro de 2016 - CNPJ: e está situada na 8ª rua do bairro da Liberdade S/N Endereço eletrônico: cmeicecezinha@hotmail.com.

A instituição em relação a sua dimensão Física: É uma escola que possui uma infraestrutura de grande porte, com dez salas de aulas, uma sala multiuso, sala de professores e banheiros masculino e feminino para funcionários, um almoxarifado, um laboratório, uma cozinha com banheiros masculinos e femininos, uma pequena cantina, um refeitório, sala de direção e secretaria e um espaço físico para recreação, uma quadra de areia.

Bairros complementares atendidos: Wirland Freire, Piracaná I, II; Bela Vista; São Francisco; Bom Remédio; São Tomé; Floresta; São José; Jardim Aeroporto Km 5; Rodovia Transamazônica; Liberdade. - Bom Jardim - Jardim das Araras - Km 6, atendendo nos Níveis de ensino: Ensino de Educação Infantil com duração de três anos, em regime anual para atender alunos a partir de 03 anos de idade; Creche e Pré-escola.

A instituição tem por filosofia garantir uma educação de qualidade baseando-se nos seguintes pressupostos: Desenvolver seu trabalho em um ambiente acolhedor, onde deve-se criar momentos que prime pelo afeto, pelo lúdico através de estímulos adequados a faixa etária dos educandos atendidos, valorizando a produção das crianças e oportunizando experiências ricas e desafiadoras.

Uma visão de ser reconhecida como uma escola de excelência pela sociedade, por proporcionar um ensino de qualidade e por cuidar de cada aluno visando a construção de preceitos éticos, morais e sustentáveis capazes de construir uma sociedade justa e igualitária.

A missão da escola é “Oferecer uma educação lúdica, inclusiva e sustentável, pautada nos valores éticos, morais, políticos e sociais, formando assim, cidadãos crítico reflexível de seus direitos e deveres, capazes de interagir e transformar a realidade para uma vida digna em sociedade”.

3.1.3 Secretaria Municipal de Educação (SEMED) - Coordenação da Educação Infantil.

A Secretaria Municipal de Educação localizada na travessa 15 de Agosto atua de forma integrada e em colaboração com os outros sistemas, com o objetivo de viabilizar a concretização dos deveres do Município com a educação escolar pública e de acordo com seus princípios e fins específicos.

Atualmente, a Secretaria Municipal de educação é composta por três setores base: Gabinete do Secretário, Diretoria de Ensino e Diretoria Administrativa.

O Gabinete do Secretário mantém o relacionamento interinstitucional com órgãos e entidades que atuam direta ou indiretamente na área de competência da secretaria.

A Secretaria Municipal de Educação tem como dirigente municipal Amilton Teixeira Pinho. O secretário de educação é assessorado por Ana Maria Bandeira de melo, Michelly Cristina Lima Vieira, chefe de Departamento de Sistemas Marlon Monteiro, chefe de Departamento de Eventos e Comunicação Andréia Siqueira de Sousa e Assessores Técnicos Adelson de Sousa Araújo, João Diego Rego da Silva e Heloene Borges Baia.

A Diretoria de Ensino – DIREN, assessora a equipe administrativo-pedagógico das escolas no processo de elaboração, reelaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico. Desenvolve projetos de formação continuada aos profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino a serem desenvolvidos no decorrer do ano letivo.

A Diretoria de ensino é gerenciado por Maria Luilce Carneiro Rocha Medeiros, assessorada por Karen Regina Costa Silva, Técnica Educacional Tatiele Betiol Yanes, Professora Celi Garcia Paz e Professora Cyva Tathiane da Silva.

Os setores que compõem a Diretoria de Ensino são:

1. Coordenação de Educação Infantil:

- ✓ **Coordenador:** Nildson Flávio Ferreira Dias.
- ✓ **Chefe de Departamento de Creches:** Maria Vanja de Andrade.
- ✓ **Chefe de departamento de Pré Escola:** Júnia Clay Cardoso Pereira.

2. Coordenação de Ensino Fundamental:

- ✓ **Coordenadora:** Orivalda Victor de Oliveira Silva.
- ✓ **Chefe de Departamento do Ciclo de Alfabetização:** Nilva Cunha da Silva.

- ✓ **Chefe de Departamento de anos Iniciais e Departamento do Programa Nacional do Livro Didático:** Anamar Costa Cruz.
- ✓ **Chefe de Departamento de anos Finais:** Maria Eliana Andrade Santos.
- 3. Chefe de Departamento de Educação Física:** Manoel Lameira.
- 4. Departamento de Frequência Escolar do Programa Bolsa Família (PBF):** Messias Pires Araújo Souza.
- 5. Coordenação de Manutenção de Rede (TIC's):** Washington Gomes dos Santos, Hector Roberto Ramos Leão, Messias Pires Araújo Souza.
- 6. Departamento de Recarga de Tonner:** Ygor Matheus Pinheiro Duarte.
- 7. Coordenação do Programa Novo Mais Educação:**
 - ✓ **Coordenador:** Paulo Gley Lira Lopes.
 - ✓ **Assessoramento Pedagógico:** Ana Clara Moraes neves.
- 8. Programa Saúde na Escola:** Maria Edileuza Almeida e Silva.
- 9. Coordenação de Educação Multirracial:**
 - ✓ **Coordenadora:** Maria da Conceição Pires da Silva.
 - ✓ **Assessoramento indígena:** Honesio Dace Munduruku
- 10. Coordenação da Educação de Jovens e adultos – EJA:**
 - ✓ **Coordenador:** Milanês Costa Nogueira.
 - ✓ **Chefe de departamento de 1ª a 4ª Etapa e Coordenador do Programa Educação Conectada:** Williamis Oliveira Sousa.
- 11. Coordenação de educação Especial:**
 - ✓ **Coordenadora:** Elizângela Oliveira Silva
 - ✓ **Departamento de Avaliação da educação Especial e Inclusiva:** Maria Altemira dos Santos Marinho e Rosângela Veloso Campos.
- 12. Departamento de Avaliação Psicopedagógico:**
 - ✓ **Psicopedagoga Institucional:** Maria Eliete do Socorro Portéglio.
 - ✓ **Psicopedagoga Clínica:** Aurileide reis do Nascimento.
 - ✓ **Psicóloga:** Alessandra Alexandre Pontes Ferreira.
 - ✓ **Fonoaudióloga:** Martha Caroline Araújo Assis.
- 13. Coordenação de orientação, Normas e Legislação Escolar:**
 - ✓ **Coordenador:** José Maria Pereira da Silva.
 - ✓ **Secretária Escolar:** Eliza Pereira Pontes.
- 14. Departamento dos Conselhos do Fundeb e Alimentação Escolar:** Daniele Cristina Rodrigues Arouche.

15. Coordenação da Educação do Campo, das Águas e das Florestas: Atende atualmente um total de 7.052 alunos e 89 escolas, sendo que 72 delas trabalham com classes multisseriadas.

- ✓ **Coordenadora:** Maria de Lourdes da Silva Costa.
- ✓ **Técnica Educacional:** Martinelles Albuquerque Galvão da Silva.
- ✓ **Chefe de Departamento da Educação Infantil:** Enilce Monteles da Silva.
- ✓ **Chefe de Departamento de Ensino Fundamental e EJA:** Marcos Cleoce.
- ✓ **Chefe de Departamento de Ensino Multisseriado:** Gilciléia Socorro Nunes Almeida.
- ✓ **Auxiliar de Secretaria Escolar:** Wilson da Silva Lima.

16. Departamento de Expedição de Documento Escolar:

- ✓ **Chefe de departamento:** Maria do Socorro Castro da Silva.
- ✓ **Departamento de Estatística e Censo Escolar:** Givanildo Braga dos Santos.
- ✓ **Auxiliares de Secretaria:** Sheila Silva e Silva, Francilene da Silva Amaral, Vandreia Ribeiro de oliveira, Gleice Cristina de Araújo Viana, Vânia Fernandes de Oliveira, Alice Mayara Nogueira Lima.

A Diretoria Administrativa – DIRAD, assessora o titular da pasta da Secretaria Municipal de Educação na direção coordenação e gestão estratégica, gerenciado os trabalhos de almoxarifado, tais como: recebimento, estocagem, distribuição, registro e inventário das mercadorias compradas. A DIRAD tem como foco planejar, programar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução de obras de construção e ampliação das Unidades Escolares de Rede Pública municipal, bem como realizar reparos e manutenção das Unidades de Ensino e demais departamentos da Secretaria de Educação.

A diretoria administrativa é gerenciada por Mafra Avilla Lima Barbosa e assessorado por Mônica de Fátima Vieira Oliveira, Maria de Jesus de Oliveira Farias, Rosiane do Nascimento Farias Soares e Junior Macedo de Jesus.

3.2 METODOLOGIA ADOTADA NA PESQUISA

Sabendo que a metodologia é uma forma de conseguir um resultado obviamente do tema em que está trabalhando buscando conhecer através da pesquisa que está sendo feita. (PRODANOV, 2013, p. 24,) destaca que:

Partindo da concepção de que método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento. (PRODANOV, 2013, p. 24)

Esta pesquisa veio com o intuito de conhecer a realidade do processo de universalização no município usando métodos de questionários e entrevistas em uma abordagem qualitativa buscando assim a compreensão dos fenômenos relacionados ao ambiente da pesquisa. (OLIVEIRA, 2016, p.16) conceitua que “[...] os estudos qualitativos são importantes por proporcionar a real relação entre teoria e prática, oferecendo ferramentas eficazes para a interpretação de questões educacionais”.

Por assim, a pesquisa qualitativa é uma das metodologias utilizadas nesta monografia que cujo objetivou analisar o quanto o processo de universalização ainda é algo que está em andamento no Brasil e principalmente no município de Itaituba-Pa. Com este propósito, a realização deste estudo primeiramente teórico com pesquisas bibliográficas com levantamento de livros, artigos, estudos realizados com o tema investigado, para fortalecimento das informações obtidas na pesquisa de campo, cujos participantes foram duas gestoras de dois centros infantis e de um coordenador da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Utilizara-se como instrumento da pesquisa 3 (três) questionários: 2 (dois) contendo 8 (oito) perguntas para as gestoras dos centros Infantis e 1 (um) questionário contendo 10 (dez) perguntas para o coordenador da Educação Infantil, os três questionários são compostos de perguntas abertas e fechadas, relacionadas ao processo de universalização da educação Infantil. Os dados foram coletados no período dos meses de dezembro 2019 a janeiro de 2020. Na posse dos dados, foi feita levantamento de leitura, registro e análise das informações transformando-os em resultados qualitativos e quantitativos.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados 2 (dois) gestores de Centros Infantis e 1 (um) coordenador de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, as gestoras entrevistadas dos Centros Infantis são Terezinha de Jesus Luna Diogo dos Santos que trabalha na Instituição de Centro Municipal Infantil Branca de Neve, a mesma tem 49 anos (quarenta e nove anos) formada em Pedagogia e especialista em

Gestão Escolar e Psicologia Educacional trabalha a mais de 15 (quinze) anos na Educação. E a gestora Zilma C. O. Silva que trabalha na instituição de Centro Municipal de Educação Infantil Marcelly Ayala Ferreira Figueira “Cecezinha”, a mesma tem 45 anos (Quarenta e cinco anos) formada em Pedagogia Pós graduada e trabalha a mais de 15 (quinze) no âmbito escolar.

Por último Nildson Flávio Ferreira Dias que trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Itaituba como coordenador da Educação Infantil, o mesmo tem 47 anos (Quarenta e sete anos) formado em pedagogia e pós-graduado em Gestão Escolar e Educação Inclusiva e o mesmo atua a mais de 15 (quinze) anos na educação.

3.4 RESULTADOS DA PESQUISA COM AS GESTORAS.

A entrevista foi realizada com dois gestores de dois Centros Municipal de Ensino Infantil e o coordenador da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. **A primeira pergunta do questionário foi sobre o entendimento a respeito da universalização da Educação Infantil.**

Quadro 1. Qual o seu entendimento a respeito da universalização da educação infantil? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
G1	Precisamos rever alguns pontos quanto ao ensino aprendizagem na Educação Infantil, enquanto a universalização isso não acontece na integra, pois cada município tem seu próprio conceito de educação.
G2	Eu entendo que universalização Infantil significa que todas as crianças tendo acesso à Educação infantil em cada cantinho do mundo.

Percebe-se que ao falar de universalização da Educação Infantil, destacam-se conceitos importantes em relação ao acesso e ao ensino aprendizagem, dispor de um ambiente acolhedor e bem estruturado é algo primordial nos anos iniciais, assim também como o desenvolvimento social. “[...] a finalidade pretensa da educação é criar ou desenhar a personalidade global da humanidade, a educação infantil pode ser por excelência por onde esse desenho deva começar. (SANTOS, 2013, p.11).

Sendo a educação infantil a primeira porta de acesso à vida educacional formal, é necessário trabalhar a formação integral do indivíduo para que possam

desenvolver sua autonomia desde a primeira infância, tendo o desenvolvimento pleno no decorrer de sua vida.

Foi perguntado: **Como você observa a implementação no município de Itaituba da Emenda Constitucional 059/2009?**

Quadro 2: Como você observa a implementação no município de Itaituba da Emenda Constitucional 059/2009? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
G1	Precisa se adequar uma vez que há pouco tempo à educação infantil foi assumida pelo município.
G2	Tal emenda ainda é um desafio para o município, pois, é necessário ampliar as estruturas escolares.

Observa-se que existem leis que asseguram a educação para todos, destacando-se a Constituição Federal de 1988. Analisando as respostas dos gestores percebe-se que somente as leis no papel não são suficientes, é preciso garantir a educação na prática sendo está um desafio para todas as esferas públicas.

No artigo 208 da Constituição Federal no seu inciso um aborda que: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, 1988).

Percebe-se que apesar de ser obrigatória e gratuita, muitas crianças estão fora do sistema de ensino a maioria por não ter um Centro Infantil em sua localidade deixando a desejar um ensino de qualidade como assegura a Constituição Federal e como foi citado no quadro acima é necessário ampliar as estruturas escolares para que se possa pelo menos iniciar uma educação de qualidade.

Perguntou-se ainda: **Sabemos que o atendimento em creche tem um potencial transformador na vida de famílias e crianças em condições de alta vulnerabilidade, podendo, ser garantida a qualidade, favorecer o potencial dessa criança para que alcance seu desenvolvimento pleno na primeira infância. Qual a sua opinião quando isso não acontece?**

Quadro 3: Sabemos que o atendimento em creche tem um potencial transformador na vida de famílias e crianças em condições de alta vulnerabilidade, podendo, ser garantida a qualidade, favorecer o potencial dessa criança para que alcance seu desenvolvimento pleno na primeira infância. Qual a sua opinião quando isso não acontece? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
------------	-----------

G1	Se cada família assumisse sua responsabilidade evitaria o abandono escolar e a baixa qualidade de ensino.
G2	O ideal era que houvesse atendimento, pois, no município não existe creche, porém, o município desenvolve esse atendimento pedagógico de 3 a 6 anos, seria de fundamental importância que existisse, porque enquanto a criança estaria na creche aprendendo se desenvolvendo e assim a família estaria com o horário livre para trabalhar.

Vemos que o papel da família é algo transformador na aprendizagem da criança. “Historicamente, a escola foi constituída para propiciar aos alunos a apropriação dos conhecimentos científicos sistematizados e, também, mais um espaço social [...] (BRUGIM E SHROEDER, 2014, p.8)”. Apesar do papel da escola ser transformador ainda há uma grande evasão escolar. Dias (2013, p.9) aborda que:

A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates da educação pública brasileira. Em relação a isto as discussões sobre a evasão escolar, em parte, tem tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança (DIAS, 2013, p. 9).

Observa-se que a relação e a participação da família na escola é um ponto crucial para o desenvolvimento da aprendizagem da criança. Precisa-se mudar a visão dos pais que a educação formal é apenas obrigação da escola, é preciso comprometimento de todas as partes para um ensino aprendizagem de qualidade.

Continuando com a entrevista, foram indagadas as gestoras: **O centro educacional onde você trabalha consegue acolher todas as crianças na educação infantil que moram no bairro?**

Quadro 4: O centro educacional onde você trabalha consegue acolher todas as crianças na educação infantil que moram no bairro? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
G1	Apesar de o Centro ser bem visado por muitos na cidade, a prioridade ainda é as crianças no entorno do mesmo.
G2	No Bairro sim, porém, não atende somente as crianças que moram no bairro, pois, existem poucos centros no município, que atenda todas as crianças.

Observa-se que é muito importante o atendimento da criança na creche e pré-escola, porém, muitas das vezes o atendimento não acontece devido à falta de interesse dos pais em matricular os filhos ou não se realiza devido a localidade das crianças, as vezes por ser muito longe do centro e não ter transportes, dificultando a ida da criança na escola, e por ter poucas creches e pré-escolas, os pais tem que se

deslocar de uma distância considerável se tornando um desafio manter as crianças na Educação Infantil.

Quais as estratégias da sua gestão para a expansão da Educação Infantil?

Quadro 5: Fonte: Quais as estratégias da sua gestão para a expansão da Educação Infantil? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
G1	Trazer a família para fazer parte do ensino aprendizagem da criança.
G2	Por a gente acreditar que já estamos numa função social e que portanto, estamos para contribuir com o atendimento das crianças de 3 a 6 anos a nossa estratégia foi ampliar o centro a criação de dois anexos.

Observa-se que a ampliação dessas unidades traria, chances a mais de os pais poderem trabalhar e assim garantir o sustento da criança, mas, para deixar claro que não quão importante a mais que o desenvolvimento intelectual da criança ao frequentar a escola, além dos estímulos trabalhadas na área pedagógica. Com ênfase na participação da família, sabe-se que o ponto crucial é família participativa no aprendizado da criança.

E a participação da escola é tremendamente importante pois, ela que acompanha a transformação da sociedade, buscando assim maneiras ao acesso ao conhecimento nesse sentido a escola deve educar para a democracia e por assim democratizar a sociedade.

A SEMED oferece cursos de formação continuada/complementar à formação dos docentes da Educação Infantil?

Quadro 6: A SEMED oferece cursos de formação continuada/complementar à formação dos docentes da Educação Infantil? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
G1	Uma vez ou outra.
G2	Sim, todos os anos a Semed oferece e a escola também ocorrendo ao longo do ano letivo.

A formação continuada tem feito um importante papel para os professores da Educação Infantil, as transformações pelo qual o mesmo passa diante dessa etapa tão importante para a criança e algo primordial e essa formação deve sempre fazer parte da rotina da instituição de Educação Infantil assumindo uma postura autêntica no sentido de se qualificar.

[...]a exigência de um profissional cada vez mais qualificado, que participa de uma prática constante e contínua de estudo, reflexão, discussão e experimentação coletiva. Este tipo de formação requer um conjunto diversificado de conhecimento, cabedal de saberes, a fim de exercer bem o seu quefazer docente. (SILVA, 2017, p.8)

Diante do exposto pela autora, a formação continuada é uma necessidade que tem do professor buscar sua qualificação em coletivo ou individualmente e a partir de sua transformação, acontecerá a transformação da aprendizagem das crianças também, e o mesmo saberá como lidar com as situações advindas de seu momentos docentes em sala de aula.

Foi perguntado: **Existe alguma resistência dos pais em colocar as crianças com 4 e 5 anos na escola por ser um ambiente público?**

Quadro 7: Existe alguma resistência dos pais em colocar as crianças com 4 e 5 anos na escola por ser um ambiente público? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
G1	Não.
G2	Não.

Surgiu essa questão, pois, muitos pais tem receio de colocar seus filhos em um ambiente público, mas, como no município tem essa carência de pré-escolas, os pais se veem a matricular seus filhos em escola pública. E algo essencial para aprendizagem dessas crianças seria a participação dos pais nesse ambiente que para alguns é criticado mas, que para outros é uma oportunidade de inserir seu filho onde o mesmo irá crescer e usar todos os aspectos de sua aprendizagem sem distinção.

O que os órgãos tem feito para obrigar os pais a matricular as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil?

Quadro 8: O que os órgãos tem feito para obrigar os pais a matricular as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil? **Fonte:** Gestores dos CMEI Cecezinha e Branca de Neve. Itaituba-Pará (2020).

Gestor (a)	Respostas
G1	Não precisa obrigar os pais fazem isso espontaneamente.
G2	Somente o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que estabelece o direito da criança e do adolescente.

No ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) aprovado em 1990 estabelece exatamente o direito da criança. “Em seu ART. 53, A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua

pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2017, p. 47). Assegurando-lhes portanto:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 2017, p. 47-48).

Apesar da lei ser bonita no papel, há uma grande discrepância em relação a realidade, muitos pais, não levam seus filhos a escolas infantis devidos a vários fatores, falta de instituições próximas ou simplesmente não levam porque não querem as vezes até por ser uma entidade pública.

3.5 RESULTADOS DA PESQUISA COM O COORDENADOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAITUBA - SEMED)

A entrevista foi realizada com o senhor Nildson Flávio Ferreira Dias, que trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Itaituba como coordenador da Educação Infantil.

A entrevista iniciou-se perguntando ao coordenador: **Qual o seu entendimento a respeito da universalização da educação infantil?** O coordenador respondeu: *“Entendo que Educação é um direito da criança e a universalização seria a garantia desse direito”*.

Garantir o direito da criança ainda é o principal foco do Brasil, mas, que ainda perpassa por várias dificuldades e que acaba deixando essa garantia de lado, no Plano Nacional de Educação (PNE) houve mudanças em seu ano de vigência, entre 2001-2011 e 2014-2024, destacando assim que:

A principal diferença refere-se ao atendimento da população de 4 e 5 anos. Enquanto o PNE anterior projetava alcançar 80% de atendimento nessa faixa etária, o novo PNE se propõe a universalizá-lo até 2016, de forma a atender o previsto na Emenda Constitucional 59/2009, que ampliou a faixa de obrigatoriedade do ensino para a população com idade entre 4 e 17 anos, a ser implementada progressivamente até aquele ano. Nesse sentido, a meta não inova, apenas reafirma o que já havia sido estabelecido na Constituição. Como veremos nesse ponto a inovação do PNE aparece nas estratégias a serem adotadas para alcançar a universalização pretendida. (XIMENES, 2014, p.84)

Observaram-se diante das mudanças, as metas do PNE ainda demorarão, para se concretizar apesar de já estar em andamento mesmo que precise de apoio do governo precisa-se também da luta das famílias em prol de seus filhos para alcanças essa universalização.

Foi perguntado: **Como a Secretaria Municipal de Educação de Itaituba implementou a Emenda Constitucional 059/2009?** O mesmo respondeu afirmando que: *“Garantindo vagas e atendimentos de 3 a 4 anos”*.

Apesar dessa garantia vemos ainda uma grande defasagem em relação à criança na Educação Infantil, principalmente por questão de localidade, ou ate mesmo por falta de instituições que atenda a demanda que é enorme principalmente em um município em desenvolvimento e crescimento populacional e por isso acaba por não poder atender toda as crianças de 3 e 4 anos.

Indagou mais ao coordenador da educação infantil: **Quais são (foram) os maiores desafios encontrados no processo de implementação do atendimento as crianças de 4 e 5 anos no sistema de ensino de Itaituba?** O mesmo respondeu: *“Ampliar as unidades, pois a demanda é grande e o importante seria fazer adequações para poder atender a comunidade”*.

Diante dos grandes fatores para se construir unidades precisa-se de verbas, principalmente para atender todas as demandas que uma criança precisa ao entrar em uma creche ou pré-escola, desde infraestrutura a brinquedos em uma sala de aula. Quando não há uma infraestrutura e um ambiente e/ou professores de qualidade, obviamente o ensino não terá o progresso.

A pergunta próxima foi: **Sabemos que o atendimento em creche tem um potencial transformador na vida de famílias e crianças em condições de alta vulnerabilidade, podendo, ser garantida a qualidade, favorecer o potencial dessa criança para que alcance seu desenvolvimento pleno na primeira infância. Qual a sua opinião quando isso não acontece?** A sua resposta foi: *“Significa que não estamos cumprindo a nossa missão de ser um agente de transformação social”*.

O papel da escola como agente de transformação social, visa ainda muitos desafios a serem alcançados principalmente porque depende dos desenvolvimentos econômicos e políticos e mesmo não querendo acaba afetando na educação emancipadora. Pinto (1989, p.29) destaca que “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”.

Observa-se então que o autor conceitua então que é dentro do contexto educacional que a criança encontra os mais diversos sujeitos e que pertencem as mais diferentes culturas e construindo a partir de diferentes vivências do seu cotidiano, e pela resposta do coordenador é perceptível que quando essa qualidade no ensino não é desfrutada no primeiro momento, é considerada, portanto, uma missão falha e defasada.

Foi indagado: **O município já consegue acolher todas as crianças na educação infantil?** O mesmo respondeu ao questionamento afirmando: *“Sim, porém, surgem situações de localidade dos pais para com a escola dificulta o acesso, mas, o município consegue atender a demanda”*.

Sim, muitas crianças estão fora do sistema de ensino infantil devido a localidade onde encontra-se esses Centros, apesar do município atender sim todas as crianças precisa-se de mais unidades, para que possa atender corretamente que o certo é cada bairro no município é um centro para atender as crianças daquela localidade.

A sexta pergunta foi: **Qual a taxa de atendimento médio à Educação Infantil no município de Itaituba?** A sua resposta foi: *“Nossa taxa é de 90%, e acredito que com a construção das 4 unidades e as 6 previstas pelo MEC essa taxa será de 100%”*.

Observa-se que apesar de poucas unidades, ainda atende uma demanda muito grande de crianças, porque se sabe o quanto este ensino é importante para a aprendizagem da criança, e a construção e efetivação desses Centros Infantil com certeza ajudaria o município a tirar várias crianças da lista de espera, fazendo parte, portanto da primeira etapa da Educação Básica.

A sétima pergunta: **Quais as estratégias de expansão Educação Infantil desenvolvidas pela SEMED no município de Itaituba?** O mesmo respondeu: *“A construção de 4 (quatro) unidades e 6 previstas, ou seja 10 unidades de educação infantil visando melhoras nos atendimentos”*.

Essa expansão aqui no município com certeza ajudaria muitas famílias, principalmente se for próximo a sua residência e sabe-se que a maioria das crianças não participa de uma escola devido a distancia em que as mesmas se encontram.

A oitava pergunta: **A SEMED oferece cursos de formação continuada/complementar à formação dos docentes da Educação Infantil?** O coordenador respondeu afirmando: *“Sim, temos formação geral que é toda a rede de*

ensino da educação infantil e tem as oficinas pedagógicas que visa reforçar o olhar do educador infantil tendo o aluno como protagonista de sua existência”.

A formação continuada é um grande passo para se entender um pouco mais dessa etapa, saber todos os processos da aprendizagem de uma criança demanda muito mais que estar em uma sala de aula, por isso é tão importante a formação de professores dessa etapa tão importante para um ensino de qualidade da mesma.

Foi perguntado: **Existe alguma resistência dos pais em colocar as crianças com 4 e 5 anos na escola por a mesma ser do município?** O coordenador da educação infantil no município de Itaituba afirmou que: *“Não”*. Como foi respondido nas três perguntas, porém foi necessário fazer esta pergunta, pois, observa-se que às vezes há casos sim de pais não matricularem seus filhos por ser uma instituição do município, alguns consideram os centros desorganizados, e por isso preferem uma instituição privatizada, uma visão completamente errônea sobre a educação do município.

A décima pergunta refere-se: **O que os órgãos tem feito para obrigar os pais a matricular as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil?** O mesmo respondeu: *“Chamada Pública, meios de comunicação e em alguns casos recorremos ao conselho tutelar”*.

Uma forma de colocar e manter a criança na escola, o conselho tutelar o mesmo é encarregado pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, e quando é alguns casos mais sérios os centros recorrem a este órgão como diz o coordenador da Educação Infantil do Município de Itaituba – PA.

CONCLUSÃO

Diante da pesquisa abordada, a trajetória da Educação infantil, a grande luta das mulheres pelo direito da criança por uma educação infantil, mas somente com a Constituição Federal isso aconteceu, colocando a educação infantil como parte do sistema educacional, quebrando aquele paradigma assistencialista da época que não tinha um olhar pedagógico, viam somente como algo a ser cuidado sem se preocupar com a educação da criança, e não eram vistas como crianças de direito, sendo que a mesma tem direitos como qualquer adulto.

Atualmente a Educação Infantil é vista como algo primordial para o processo de ensino-aprendizagem da criança. Porém, cabe aqui ressaltar que muitas crianças estão fora do ambiente escolar, devido à falta de centros para atender a demanda que é enorme, são vários fatos além desse, fez-se necessário enfatizar que o processo de universalização ainda é algo a ser alcançado, as metas previstas no Plano Nacional de Educação não foram alcançadas, tendo assim uma omissão por parte dos administradores públicos, pois, a construção de creches e pré-escolas depende deles sabendo que a construção destas unidades e sua efetivação tiraria muitas crianças da lista de espera do município por uma vaga na educação Infantil (creche e pré-escola).

Portanto, abordar este tema é de grande relevância que deveria receber um olhar de interesse tanto do município quanto da família, pois, é em prol de seu próprio filho, deixando claro, para tanto que não é somente o governo responsável pelo aprendizado da criança, mas, como está estipulado na Constituição Federal é dever da família também correr atrás do direito dos filhos, e não deixar a desejar a falta desse ensino que mudará sua vida para sempre, pois é na Educação Infantil que a criança aprende a se familiarizar com o próximo, a ter conceitos coletivos, a se conhecer e conhecer o outrem. E que para alguns esse processo não é tão importante assim, porém, quando a criança perde esse momento de sua vida, com certeza refletirá em sua vida cognitiva, social, político principalmente cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

BACH, Eliane Lorena; PERANZONI, Vaneza Cauduro. **A história da Educação Infantil no Brasil: fatos e uma realidade**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Nº 192 - Maio de 2014.

BARRETO, Ângela M. R. **Situação atual da educação infantil no Brasil**. In: **BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BERLINSKI, Samuel; SCHADY, Norbert. **O primeiros anos: O bem-estar infantil e o papel das políticas públicas**. Catalogação na fonte fornecida pela Biblioteca Felipe Herrera do Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **BNCC NA PRÁTICA: Tudo que você precisa saber sobre Educação Infantil**. Nova escola, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8098/90, de 13 de julho de 1990. Santa Maria: Pallotti, 2005 p. 7 - 8.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8098/90, de 13 de julho de 1990, versão atualizada. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>. Acessado em 13 de Novembro de 2019.

BRASIL, MEC, COEDI. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1994a. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília: MEC, SEB, 2006. P. 17 e 32.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil: Encarte 1**. Brasília: MEC, SEB, 2006. 31 p.: il.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998, VOL 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília: MEC, SEB, 2006. p. 04.

BRASIL, Ministério da Educação. **Planejando a próxima década. Conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os sistemas de Ensino (Mec./Sasse): Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/Secretaria de Educação Básica.** –Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação /**Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino** (MEC/SASE), 2014.

BRUGIM, Lucilene Aparecida; SHROEDER, Tania Maria Rechia. **Os Desafios Da Escola Pública Paranaense Na Perspectiva Do Professor PDE: O Papel Da Família Diante Da Evasão Escolar.** Secretaria de Educação do Paraná, 2014.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. In CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gladis E. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001; p. 13 – 21.

CRAIDY, Carmem Maria; SILVA, Gladis Elise P. da. **Educação Infantil Para Que Te Quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DIAS, Mirian Viviane. **Evasão Escolar no Ensino Fundamental.** Monografia apresentada ao IFSUL de Minas Gerais. Machado, 2013. Disponível em: http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/~biblioteca/biblioteca_digital/Documentos/TCC da-Biologia2013/TCC-Mirian.PDF. Acesso em: 23 Janeiro. 2020.

DIDONET, Vital. **Não há educação sem cuidado. In: Revista Pátio de educação infantil.** Abr./jul.: Porto Alegre, 2003; p. 6 – 9.

FARIA, Ana Lucia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura.** São Paulo: Cortez, 1999.

KRAMER, Sonia. (Org.) **Profissionais da educação infantil: Gestão e Formação.** São Paulo: Ática, 2009;

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Maria José Rocha; DIDONET, Vital; FUNDEB. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; Avanços na universalização da educação básica.** 2006.

MATHIAS, Elaine Cristina Bio; PAULA Sandra Nazareth de. **A Educação Infantil No Brasil: Avanços, Desafios E Políticas Públicas.** Revista Interfaces: ensino, pesquisa e extensão. 2009.

NONO, Maévi Anabel. **Breve Histórico da educação Infantil No Brasil**. Unesp - Departamento de Educação – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. 2009.

OLIVEIRA, C.L. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: Tipos, técnicas e características**. Revistas travessias, 2016.

OLIVEIRA, Vera B. (org.). **O Brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/admin/Downloads/resgatarobrinhar.pdf.> Acesso em 29 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Estrutura E Funcionamento De Instituições De Educação Infantil**. Brasília, 1998.

OLIVEIRA, Z.M.R. **Educação Infantil em creche e pré-escola: concepções e desafios**. Agosto de 2005. In: Revista Infância na Ciranda da educação – Publicação do Centro de aperfeiçoamento dos profissionais de Educação – Cape/ Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: Avanços, Retrocessos E Desafios Dessa Modalidade Educacional**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95. 2009

PINTO, A.V, **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1989.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: <www.feevale.br/editora> Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7717-158-3

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, Joedson Brito dos. **Avanços E Desafios Da Educação Brasileira Na Atualidade: Uma Reflexão A Partir Das Contribuições De Hannoun E A Educação Infantil Como Uma Aposta Enactante**. In: XXVI Simpósio Brasileiro de Política e administração da educação, 2013, Recife/PE. Cadernos ANPAE, 2013. V.l.p. 1-14. Disponível em: <file:///E:/JoedsonBritodosSantos-ComunicacaoOral-int.pdf> Acesso em: 26 jan. 2020

SANTOS, Nathalia Fernanda Ribeiro. **Educação Infantil No Brasil: O Paradigma Entre O Cuidar E O Educar No Centro De Educação Infantil**. Londrina – PR 2010.

SILVA, M.J.A. **Formação Continuada De Professores Da Educação Infantil: Diferentes Paradigmas e a Pedagogia Crítica**. XII Congresso Nacional de Educação/ IV Seminário Internacional de representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, Curitiba, 2017. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONTEXTOS, SENTIDOS E PRÁTICAS, 2017.

TAKEMOTO, Denise Tomiko Arakaki; LIMA-SANTOS, Carla Graciete. **O Cuidar E Educar: Concepções De Quem Trabalha Com Crianças Em Um Centro De Educação Infantil.** IV Congresso Nacional de Educação Educere, 2013.

TROVATO, Kátia. **Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil 3ª versão entregue ao Conselho Nacional de Educação (Versão preliminar),** Editora Moderna. 2017.

XIMENES, Salomão. **Acesso à educação infantil no novo PNE: parâmetros de planejamento, efetivação e exigibilidade do direito.** Cadernos Cenpec. São Paulo, v.4 | n.1 | p.78-101 | jun. 2014

APÊNDICES

APENCICE “A”



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAITUBA-PARÁ.

QUESTIONÁRIO GESTORES

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

() Menos de 1 ano

() 1 a 4 anos

() 5 a 9 anos

() 10 a 14 anos

() Mais de 15 anos

2. PERGUNTAS:

2.1 Qual o seu entendimento a respeito da universalização da educação infantil?

2.2 Como você observa a implementação no município de Itaituba da Emenda Constitucional 059/2009?

2.3 Sabemos que o atendimento em creche tem um potencial transformador na vida de famílias e crianças em condições de alta vulnerabilidade, podendo, ser garantida a qualidade, favorecer o potencial dessa criança para que alcance seu desenvolvimento pleno na primeira infância. Qual a sua opinião quando isso não acontece?

2.4 O centro educacional onde você trabalha consegue acolher todas as crianças na educação infantil que moram no bairro?

SIM () NÃO ()

Comente: _____

2.5 Quais as estratégias da sua gestão para a expansão da Educação Infantil?

2.6 A SEMED oferece cursos de formação continuada/complementar à formação dos docentes da Educação Infantil?

2.7 Existe alguma resistência dos pais em colocar as crianças com 4 e 5 anos na escola?

SIM () NÃO ()

Comente: _____

2.8 O que os órgãos tem feito para obrigar os pais a matricular as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil?

APENCICE “B”



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIOR DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAITUBA-PARÁ.

QUESTIONÁRIO SEMED

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Sexo: () masculino () feminino

1.4 Formação: _____

1.5 Qual é o seu tempo de serviço na educação?

() Menos de 1 ano

() 1 a 4 anos

() 5 a 9 anos

() 10 a 14 anos

() Mais de 15 anos

2. PERGUNTAS:

2.1 Qual o seu entendimento a respeito da universalização da educação infantil?

2.2 Como a Secretaria Municipal de Educação de Itaituba implementou a Emenda Constitucional 059/2009?

2.3 Quais são (foram) os maiores desafios encontrados no processo de implementação do atendimento as crianças de 4 e 5 anos no sistema de ensino de Itaituba?

2.4 Sabemos que o atendimento em creche tem um potencial transformador na vida de famílias e crianças em condições de alta vulnerabilidade, podendo, ser garantida a qualidade, favorecer o potencial dessa criança para que alcance seu desenvolvimento pleno na primeira infância. Qual a sua opinião quando isso não acontece?

2.5 O município já consegue acolher todas as crianças na educação infantil?

SIM () NÃO ()

Comente:

2.6 Qual a taxa de atendimento médio à Educação Infantil no município de Itaituba?

- | | |
|---------|----------|
| () 10% | () 60% |
| () 20% | () 70% |
| () 30% | () 80% |
| () 40% | () 90% |
| () 50% | () 100% |

Comente:

2.7 Quais as estratégias de expansão da Educação Infantil desenvolvidas pela SEMED no município de Itaituba?

2.8 A SEMED oferece cursos de formação continuada/complementar à formação dos docentes da Educação Infantil?

2.9 Existe alguma resistência dos pais em colocar as crianças com 4 e 5 anos na escola?

SIM () NÃO ()

Comente: _____

2.10 O que os órgãos tem feito para obrigar os pais a matricular as crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil?

Lopes, Simayan do Nascimento

O PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ITAITUBA-PARÁ: Olhares de Gestores de dois Centros Infantis e Coordenador da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação – SEMED / Simayan do Nascimento Lopes. Itaituba: FAI, 2020.

66 f.: il.

Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2020.

1. Universalização da educação Infantil. 2. Educação. I. Silva, Dhemesbraene Soares da. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2020.